

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

MARITILDE DE JESUS FRANÇA FERREIRA

PASSADO, PRESENTE E FUTURO?:inventário sobre os bens edificados de interesse
histórico e artístico na cidade de Pinheiro, Maranhão

Pinheiro

2019

MARITILDE DE JESUS FRANÇA FERREIRA

PASSADO, PRESENTE E FUTURO?:inventário sobre os bens edificados de interesse
histórico e artístico na cidade de Pinheiro, Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Ciências Humanas – Habilitação em História
da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura em Ciências
Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira.

Pinheiro

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Maritilde de Jesus França.

Passado, presente e futuro? : inventário sobre os bens edificadados de interesse histórico e artístico na cidade de Pinheiro, Maranhão / Maritilde de Jesus França Ferreira. - 2019.

60 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2019.

1. Identidade Cultural. 2. Patrimônio edificado. 3. Praças - Pinheiro. 4. Preservação. I. Bandeira, Prof. Dr. Arkley Marques. II. Título.

MARITILDE DE JESUS FRANÇA FERREIRA

PASSADO, PRESENTE E FUTURO?:inventário sobre os bens edificados de interesse
histórico e artístico na cidade de Pinheiro, Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Ciências Humanas – Habilitação em História
da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura em Ciências
Humanas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Arkley Marques Bandeira (Orientador)
Doutor em Arqueologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Alexandre Vitor De Lima Fonseca
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Adriano Farias Rios
Mestre em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e saúde para concluir esta caminhada.

Ao meu orientador Arkley Marques Bandeira, pelo suporte e incentivo.

Aos meus professores do Curso de Licenciatura em História que tanto contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal.

Aos meus colegas da turma 2012.2 pelas contribuições nas discussões críticas que muito enriqueceram a nossa jornada.

A todas pessoas que colaboraram de forma direta ou indiretamente para a execução deste trabalho.

A minha família pelo apoio, estímulo e amor incondicional.

RESUMO

Para preservar o patrimônio nacional, a Constituição Federal Brasileira afirma que o poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e de outras formas de acautelamento e preservação. O presente estudo tem como objetivo pesquisar, analisar e contribuir substancialmente para a preservação do patrimônio histórico edificado na cidade de Pinheiro, Maranhão. Tendo como fontes bibliográficas: livros, revistas e jornais que possibilitaram-nos conhecer e acompanhar parte da trajetória da fundação da cidade de Pinheiro-MA, seu desenvolvimento econômico, social e cultural. O estudo visa conhecer a evolução do conceito de patrimônio ao longo do tempo, assim como as leis que resguardam o patrimônio público e os principais organismos de defesa. Deteve-se um olhar minucioso para as principais praças da cidade, Praça da Matriz, José Sarney e Centenário, as quais fizeram parte ativamente no processo de formação da cidade e na construção das relações entre os seus habitantes. Compreender a evolução do conceito de patrimônio ao longo do tempo e conhecer as leis que protegem um patrimônio histórico edificado também faz parte deste estudo. Na pesquisa utilizou-se as fichas do SICG para melhor consolidação dos dados. O conhecimento crítico e a apropriação consciente do indivíduo sobre o conceito de patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Busca-se nesse sentido disseminar a ideia de preservação cultural.

Palavras-chave: Patrimônio edificado. Preservação. Identidade Cultural. Praças. Pinheiro.

ABSTRACT

In order to preserve the national patrimony, the Brazilian Federal Constitution affirms that the public power, with the collaboration of the community, must promote and protect the Brazilian cultural patrimony, through inventories, registries, surveillance, tipping and other forms of precaution and preservation. The present study has as objective to search, analyze and contribute substantially to the preservation of historical heritage built in the city of Pinheiro, Maranhão. Having as bibliographic sources: books, magazines and newspapers that enabled us to know and follow part of the trajectory of the foundation of the city of Pinheiro-MA, its economic, social and cultural development. The study aims to know the evolution of the concept of heritage over time, as well as the laws that protect the public patrimony and the main defense organizations. An accurate look was made at the main squares of the city, Praça da Matriz, José Sarney and Centenario, which actively participated in the process of formation of the city and in the construction of relations among its inhabitants. Understanding the evolution of the concept of heritage over time and knowing the laws that protect a built historical patrimony is also part of this study. In the research the SICG datasheets were used to better consolidate the data. The critical knowledge and the conscious appropriation of the individual on the concept of patrimony are indispensable factors in the process of sustainable preservation of these assets, as well as the strengthening of the feelings of identity and citizenship. In this sense, we seek to disseminate the idea of cultural preservation.

Keywords: Built heritage. Preservation. Cultural Identity. Squares. Pinheiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Ficha de Contextualização Geral do IPHAN	26
Figura 2 – Pré-setorização do Centro de Pinheiro após a realização do recorte territorial	29
<u>Quadro 1 – Ficha M101 - Contextualização Geral</u>	<u>29</u>
<u>Quadro 2 – Ficha M102 Contexto Imediato -Praça da Matriz - Centro.....</u>	<u>34</u>
<u>Quadro 3 – Ficha M102 Contexto Imediato- Praça José Sarney - Centro.....</u>	<u>39</u>
<u>Quadro 4– Ficha M102 Contexto Imediato- Praça do Centenário - Centro</u>	<u>39</u>
<u>Quadro 5– Ficha M302 Bem imóvel - Arquitetura - Caracterização externa.....</u>	<u>53</u>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PINHEIRO	11
3 O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO COMO SUPORTE DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.....	14
3.1 A base jurídica do patrimônio cultural brasileiro	16
3.2 Categorias do patrimônio histórico e cultural do Brasil	18
3.3 Caracterizando o patrimônio edificado	19
4 O SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO-SICG APLICADO AO PATRIMÔNIO EDIFICADO:perspectiva teórica e metodológica.....	22
4.1 Inventários de Conhecimento e Varredura	24
4.2Fases da pesquisa	25
5 APLICAÇÃO DO SICG NO CONTEXTO DE PINHEIRO	27
6CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Residente há muitos anos na cidade de Pinheiro, a qual, nasci, cresci e construir sonhos, me interessei em pesquisar sobre seu patrimônio histórico edificado com a expectativa de contribuir de alguma forma como seu crescimento, proteção e preservação para as atuais e futuras gerações. Estas expectativas foram me intrigando ao longo da minha formação acadêmica até eu presenciar a montagem de uma exposição denominada *Pinheiro: passado, presente...e futuro???*, que ficou instalada no corredor do auditório durante todo o mês de julho de 2016. Buscando me inteirar do seu conteúdo, fui informada que ela era fruto de um trabalho de pesquisa dos discentes da disciplina *Patrimônio Histórico Brasileiro*, ministrada pelo professor Arkley Marques Bandeira.

Depois de algum tempo fui conversar com o referido professor sobre os motivos que levavam a sociedade pinheirense não reconhecer e valorizar o patrimônio edificado da cidade, pois muitos prédios estavam sendo destruídos para construção de novas edificações comerciais, principalmente entre as praças José Sarney e Centenário. Foi então que a curiosidade virou problema de investigação, quando fui convidada pelo professor Arkley Marques Bandeira a contribuir com a sua pesquisa na modalidade de Inventário de Varredura e Conhecimento dos bens edificados de interesse histórico e artístico de Pinheiro.

Em um primeiro momento, fiquei responsável por organizar os materiais coletados nas visitas de campo, quando os alunos tiravam fotos, descreviam os edifícios da cidade, especialmente das Praças Matriz, José Sarney e Centenário e preenchiam as fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e que será aprofundada ao longo dessa monografia.

De posse deste material, um segundo momento surgiu quando da realização do meu projeto de TCC, onde permaneci trabalhando com a mesma temática, mas em um caráter mais reflexivo para fins monográficos, inclusive, por compreender a importância de estudar o patrimônio edificado de Pinheiro, tendo em vista a preocupação de buscar alternativas viáveis para a proteção e preservação dos mesmos, pois os edifícios de interesse histórico e cultural atuam como importantes suportes de memória que representam a história, a cultura e a identidade da cidade.

Diante deste preâmbulo, partimos da seguinte problematização: existem edifícios de interesse histórico e cultural que possam atuar como suportes de cultura, histórias e memórias na

cidade de Pinheiro? Em caso positivo, onde encontram-se esses edifícios e qual o seu estado de preservação.

Nesta pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos:

- ✓ Levantamento bibliográfico em múltiplas fontes de referência;
- ✓ Consulta aos órgãos gestores do patrimônio histórico e cultural;
- ✓ Pesquisa de campo na área de estudo para aplicação das fichas do SICG;
- ✓ Sistematização dos resultados para construção dos resultados.

Em termos espaciais, delimitamos a aplicação do Inventário de Varredura e Conhecimento nas três principais praças da cidade: Matriz, José Sarney e Centenário, aproveitando o esforço de pesquisa já realizado pela equipe da *Patrimônio Histórico Brasileiro*, com o objetivo de identificar, reconhecer, mapear e descrever as edificações de interesse histórico e artístico nessas três praças.

Para tanto foi aplicado o Inventário de Varredura e Conhecimento, especialmente as fichas de Caracterização do bem cultural desenvolvidas pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), especialmente as do Módulo 1 – Conhecimento, a saber, Ficha M101 – Contextualização Geral e M102 - Contexto Imediato e a do Módulo 3, Ficha M301 – Cadastro Básico de Bens, que contém campos de identificação, localização e caracterização comuns a todos os bens de natureza material, que na pesquisa em questão são os bens edificado de caráter imaterial e imóvel.

Nesta pesquisa, o inventário se constitui em um instrumento valioso para caracterização dos bens históricos e culturais de determinada região podendo-se relacionar a uma categoria específica de bem ou a um determinado tema. Os produtos gerados pelos inventários são de grande valia para a construção de mapas históricos e culturais ou para fornecerem subsídios para elaboração de políticas culturais para salvaguarda, proteção e divulgação desses bens, favorecendo uma visão mais abrangente da área de estudo (BANDEIRA, 2018).

No âmbito da pesquisa, a aplicação do Inventário de Varredura e Conhecimento se deu no município de Pinheiro, especificamente no centro da cidade e podemos considerar que o mesmo pôde contribuir para a construção do conhecimento inédito sobre a importância das edificações de Pinheiro.

O primeiro capítulo discorre sobre a fundação da cidade de Pinheiro-MA, as várias versões da origem da cidade, extensão territorial, habitantes e economia. Assim como cita também as fontes estudadas para a realização deste trabalho.

No segundo capítulo abordamos a evolução do conceito de patrimônio cultural ao longo do tempo e também as leis e órgãos responsáveis pela preservação destes bens.

O terceiro capítulo versa sobre os bens culturais edificados abordados no estudo, catalogação dos registros de dados da pesquisa, imagens e demais referências do bem. Faz-se uso de fichas de caracterização do bem cultural desenvolvida pelo SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.

O quarto capítulo apresenta informações dos bens estudados, mais especificamente das três principais praças da cidade, Matriz, José Sarney e Centenário, usa-se o SICG para especificar contexto histórico e geográfico, mapeamento e cartografia e também usos e apropriações dos espaços e seleção de imagens.

2 HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PINHEIRO

A cidade de Pinheiro está localizada na Microrregião da Baixada Maranhense, numa área de 1.512,9 km², onde vive uma população estimada em 81.438 habitantes. (IBGE, 2015). Fundada no dia 03 de setembro de 1856, recebeu esse nome em homenagem ao seu fundador Inácio José Pinheiro, que em busca de novas pastagens para seu gado, descobre esta terra de campos alagados e floresta de cocais, cortada por um importante rio que mais tarde recebera o nome de rio Pericumã.

As várias versões que relatam sobre a formação da Cidade de Pinheiro, fontes como, jornal Cidade de Pinheiro, os livros de Jerônimo de Viveiros, Francisco José de Castro Gomes, Aymoré de Castro Alvim e César Marques, convergem com a ideia principal em relação ao surgimento do povoado, estes autores relatam as narrativas de ocupação destas terras, a partir da expansão da pecuária desde Alcântara em busca de novas terras para as pastagens.

Todos eles citam o Capitão-mor Inácio José Pinheiro, como o “protagonista” e responsável pela colonização das terras do vale do rio Pericumã. Com o crescimento do seu gado, e por falta de pastos na vila de Alcântara, no século XIX, o capitão Inácio José Pinheiro foi em busca de novas terras para implantar suas fazendas, já que estas haviam se expandido, logo ele procurava por lugares adequados para suas novas instalações, encontrando as regiões dos lagos da Baixada Maranhense.

Porém, essas terras já eram ocupadas por povos indígenas índios “pacificados”, que já trabalhavam nas lavouras, nos cultivos da cana-açúcar, do algodão, e mantinham relação econômica com a capital, São Luís, embora essa relação não tenha sido tão pacífica, houve vários conflitos entre posseiros e índios.

Conforme relatou Alvim (2016, p. 17):

Para resolver antigo conflito entre índios dispersos e posseiros, cumprindo ordens do governador do Estado, Capitão – General Antônio de Saldanha da Gama, utilizou como estratégia demarcar uma gleba de terra de 3 léguas de comprimento por uma de largura, reunindo aí numa comunidade os índios que vagavam pelos campos da Região.

O autor permanece narrando sobre a chegada do capitão-mor, Inácio José Pinheiro, se deu pelos em torno de 1819, quando se fixou às margens do rio Pericumã. Nestas andanças foram inevitáveis os conflitos e perseguições aos grupos indígenas, que resultaram com a demarcação de terras para os índios, feita pelo general do estado da época, Antônio de Saldanha da Gama. A partir daí os índios também tiveram direito ao uso da terra, que até então, eles não tinham um lugar fixo para executar seus trabalhos. Porém, Inácio José Pinheiro Capitão-mor os seus vaqueiros permaneceram na região promovendo a sua ocupação (ALVIM, 2016).

Um mito fundador de uma versão que seria a oficial para o município foi descrito pelo historiador e professor Jerônimo de Viveiros, no âmbito das comemorações do centenário da cidade de Pinheiro:

“...naquela manhã ao atingir a ponta de uma enseada, o Capitão – Mor Inácio José Pinheiro parou o belo cavalo baio que montava e, deslumbrado, percorreu a vista pela planície imensa que se desdobrava à sua direita[...] e então pensou: Parece que descobri o que procurava, depois de tantas fadigas” (VIVEIROS, 2014, p. 77).

Ele discorre sobre a chegada de Inácio José Pinheiro, capitão – mor, por volta de 1817/1818, pois este deixou sua fazenda que se chamava “Tubarão”, localizada em Alcântara para ir em busca de novas terras expandindo assim, suas fazendas de gado. Formando então, uma povoação às margens do rio Pericumã, que mais tarde se transformara em Lugar do Pinheiro (VIVEIROS, 2014).

A versão da fundação da cidade de Pinheiro, segundo o autor Alvim(2016, p. 31) também aponta para a mesma narrativa:

O Capitão Inácio José Pinheiro ao retornar, no início de 1807, para prestar contas da incumbência recebida, encontrou, no exercício do cargo, o Capitão – general D. Francisco de Melo Manuel da Câmara a quem relatou as ordens recebidas do seu antecessor e como as cumpriu. Disse – lhe o Capitão que, na data de 23 de novembro do ano anterior, estabeleceu uma povoação entre Alcântara e Guimarães que recebera o nome de Lugar do Pinheiro para ali viverem e roçarem algumas famílias de índios dispersos.

Existem outras versões para esse mesmo fato, a exemplo da narrativa de Dr. Wilson Soares (1931), que em artigo publicado no Jornal Cidade de Pinheiro”, em 1931, conta outra versão da fundação de Pinheiro, que segundo ele, “diz que esta surgiu de uma aldeia de índios dispersos que erravam pelos campos do Pericumã. Entre sesmaria e aldeia há bastante diferença”.

Após as primeiras décadas servindo apenas de pastagem para o gado, as terras de Pinheiro começam a prosperar, alcançando um notável desenvolvimento econômico, primeiramente coma pecuária, agricultura, extrativismo e comércio, a exemplo da criação de bovinos, suínos, caprinos e ovinos e a produção de alimentos como o arroz, milho, feijão, mandioca, e várias frutas como: laranja, bacuri e cupuaçu.

Mais tarde por volta de 1920 a valorização do comércio se expandiu no Lugar do Pinheiro, conforme citado por Alvim (2006, p. 65):

Mas a cultura que deu maior suporte ao intercâmbio comercial entre a nova vila e seus vizinhos e até mesmo com da Província foi da cana-de-açúcar que encontrou, nas terras baixas dos campos Pericumã, as necessárias condições ecológicas para sua adaptação e desenvolvimento.

E que segundo Alvim(2016, p.34) “o outro produto que fez parte dessa expressão comercial foi o coco babaçu (*Attalea speciosa*) que mais tarde viria pesar na exportação do município, era utilizado para extração do leite de suas amêndoas, produto bastante usado na culinária local.

Com o crescimento da economia, Pinheiro se tornou referência na Baixada Maranhense, tanto na sua localização, como na política. Diante disso, a cidade foi crescendo, pois, foram chegando pessoas de vários lugares, como os Portugueses que construíram os casarões com características da arquitetura colonial de Portugal, fazendo com que a cidade ganhasse contornos de modernidades, conforme relata Soares (2006, p. 241):

Ainda podem ser encontrados resquícios da arquitetura colonial vigente no início do século passado. Esses casarões, prédios e espaços públicos devem receber das autoridades municipais a devida atenção, como forma de preservar para as futuras gerações a ação daqueles que contribuíram, a seu tempo, para o desenvolvimento da cidade.

O autor deixa claro, a importância das autoridades municipais em preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural como os casarões, prédios e espaços públicos, sendo que estes foram heranças deixadas pelos portugueses e outros grupos formadores ao longo da história do município.

30 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO COMO SUPORTE DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

A partir dos anos 2000, uma nova perspectiva para os estudos dos bens históricos e culturais surgiu com adoção do conceito de *referência cultural*. Essa nova categoria, até então utilizada apenas para os bens imateriais, promoveu importantes reflexões na prática preservacionista em curso. Neste contexto, se consolidou a ideia de que a construção dos patrimônios históricos e culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm esses bens, conferindo a eles critérios de significado, pertencimento e ação (SANT’ANNA, 2006). Não obstante, para Oosterbeek (2004) esse valor não teria uma precificação de mercado, mas pelo contrário, pois seria um suporte a qual recorreremos, como já faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. Logo, é no conjunto das realidades materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu que surgem mapas orientadores onde nos situamos enquanto sujeitos históricos e culturais.

Esta nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas, de que os bens culturais dignos de valor e patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada às elites. Em caminho oposto, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todos os povos formadores do Brasil, especialmente das etnias indígenas, dos grupos quilombolas, das comunidades tradicionais e das classes populares. Portanto, a noção de referência cultural trouxe no seu cerne indagações sobre quem teria a maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir de quais valores e em nome de quais interesses e para quais grupos (FONSECA, 2000).

Além disso, novas perspectivas investigativas vêm buscando desconstruir a dicotomia comumente observada entre os bens culturais de natureza material e imaterial¹, ressaltando a profunda interdependência que existe entre essas categorias, ponderando que os processos de globalização e de transformação social podem gerar fenômenos de intolerância com a diversidade, colocando em risco o patrimônio cultural de grupos vulneráveis (UNESCO, 2006).

¹ O Decreto-Lei n. 25, de 1937, promulgado por Getúlio Vargas, reconhece em seu Art. 1º que “constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, p. 1). Este documento não faz menção aos aspectos imateriais presentes do patrimônio cultural.

Para fazer frente a esta situação, a UNESCO vem propondo aos Estados membros a elaboração de legislações específicas de proteção e salvaguarda², bem como estimulando a criação de fundos de investimento para promoção de inventários de pesquisa, fortalecimento de instituições para gestão e transmissão do patrimônio cultural.

No Brasil, essas temáticas só ganham espaço na micropolítica com a promulgação da Constituição Federal, de 1988, sobretudo, o artigo 216 que considera como patrimônio cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2011, p. 139, grifo nosso).

Sobre esse aspecto, Sant'Anna (2006, p. 9) comentou:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera.

Contudo, a organização dos bens culturais no Brasil ainda demonstra tal dicotomia, com a categorização do patrimônio cultural material referenciada no Art. 4º, do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que estabeleceu os 4 Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, sendo exemplificado pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Ao passo que o patrimônio imaterial é abordado pelo Decreto nº 3.551, de 2000, que em seu “Art. 1º, § 1º, são estabelecidos os 4 livros de registro para o patrimônio cultural imaterial, sendo constituídos pelo Livro dos Saberes; Livro das Celebrações; Livro das Formas de Expressão, e Livro dos Lugares” (BRASIL, 2000, p. 1).

² A salvaguarda compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006).

Em relação ao patrimônio edificado, o homem tem na arquitetura um registro excepcional de sua existência, pois desfruta da arte para demonstrar seus hábitos, necessidades e valores. Pois sim, uma edificação além de sua funcionalidade, apresenta também o belo, as nuances de hábitos do ser humano, não só dos que a projetaram, mas também dos que viveram no período da construção e os que deram novas funcionalidades à aquela construção no decorrer do tempo.

A arquitetura contribui substancialmente na formação histórica dos povos e de suas identidades. Ela é uma prova física e irrefutável na organização da sociedade em um período, pois, através dela podemos ter informações que remontam a totalidade de um lugar, período ou época, abordando aspectos da economia, sociedade, cultural, lazer, dentre outros aspectos, pois as edificações estão impregnadas de sentimentos de uma determinada geração, seus anseios, sonhos e frustrações.

O grande desafio do poder público é incluir as edificações que têm uma representatividade histórica para a cidade em um plano urbanístico de conservação e incorporação no cotidiano da sociedade daquele lugar e uma das formas disto ocorrer é criar políticas públicas para transformação das edificações em patrimônio cultural, por meio de diversas medidas de acautelamento, como o tombamento, o reconhecimento e a valorização. Para tanto, a própria Constituição Brasileira é clara ao proteger e valorizar os bens culturais do país.

3.1A base jurídica do patrimônio cultural brasileiro

Segundoos autores Funari e Pelegrini (2006), nos países de direito consuetudinário, a proteção do patrimônio nacional deu-se no contexto limitado das propriedades públicas. E no Brasil não foi diferente, como está expressa no Art. 216, da Constituição Federal. Contudo, o conceito de patrimônio cultural surge muito antes da Constituição Federal, construção de origem ocidental europeia que aporta no Brasil em torno dos anos de 1930 com a ideia principal, de criar a identidade nacional através do patrimônio histórico e cultural. Porém, percebe-se que esse conceito foi avançando, pelo fato do Brasil representar dimensões continentais, e é um dos maiores países do mundo, cheio de riquezas e com uma diversidade cultural extremamente grandiosa. E esse conceito mais “moderno”, diz respeito justamente ao que nós vimos na constituição de 1988.

Na Constituição se coloca o dever e a obrigação de preservamos essa diversidade cultural. Então, o conceito de patrimônio não pode ser somente histórico e artístico, mas está ligado a essa diversidade cultural existente no país. Logo, a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural, seja de natureza material ou imaterial é de responsabilidade de toda a coletividade.

É importante destacar que o principal órgão que trata da preservação desses bens materiais ou imateriais é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado na década de 1930 como um instrumento de preservação do patrimônio cultural do Brasil. Nessa mesma década foi promulgado o Decreto da Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que institui a Lei Tombamento do patrimônio cultural material brasileiro.

Mas, antes desse decreto surgiram vários projetos de leis de preservação do patrimônio como o de 1920, que era um anteprojeto de lei em defesa do Patrimônio artístico em especial dos bens arqueológicos; o de 1923, de 3 de dezembro, oriundo da Câmara dos Deputados que propunha a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos; o de 1930, de 29 de agosto também da Câmara dos Deputados que propunha a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Anos mais tarde surgiram outras leis, dentre elas a de 1970, de 27 de junho, com o Decreto nº 66.967, que transforma a DPHAN em Instituto (IPHAN, 1987).

Um dos principais instrumentos judiciais e administrativos das políticas públicas para a proteção do patrimônio cultural é o tombamento, pois promove a preservação do meio ambiente cultural, como relata Rodrigues (2005, p. 273):

Consiste em um ato administrativo pelo qual o Poder Público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, inscrevendo-as no respectivo Livro Tombo, sujeitando-as a um regime especial que impõe limitações ao exercício da propriedade, com a finalidade de preservá-las.

O tombamento é uma forma de manter as características primárias de preservação do patrimônio, através da legislação este deve ter assegurada a sua integridade, pois o poder público se responsabilizará pelo bem. Desta forma, o patrimônio histórico artístico e cultural ganha mais um suporte para manter-se preservado. Porém, ainda existem conflitos quando se fala de tombamento e propriedade privada, pois na maioria dos casos o proprietário acredita ser detentor de direitos para fazer intervenções que venham descaracterizar o imóvel e quando não existe qualquer proteção, como é o caso de Pinheiro, o proprietário ou seus herdeiros podem, inclusive, demolir as edificações sem quaisquer penalidades.

Nesse sentido, Falavigno (2010, p. 8) escreveu:

Uma questão ainda debatida pela doutrina é o conflito gerado entre o tombamento e o direito de propriedade, onde surge eventual possibilidade de pleitear-se indenização. Afinal, com o registro de um bem no livro Tombo, aquele fica impossibilitado de sofrer qualquer alteração, podendo resultar prejuízos para o proprietário.

Desse modo, podemos perceber que, o bem material tombado não pode ser modificado de forma alguma, pois o mesmo é protegido por uma rígida legislação. Sendo que se ele sofrer

alguma modificação isso resulta em penalidade. Porém, ainda é muito comum acompanharmos conflitos entre tombamento e proprietários.

3.2 Categorias do patrimônio histórico e cultural do Brasil

Gonçalves (2003, p. 22), tratando da antiguidade do tema do patrimônio enquanto categoria de pensamento, sustenta que:

[...] não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais.

Percebe-se que a origem de patrimônio enquanto categoria não é moderna, ela também fez parte das sociedades indígenas, desde antepassados, ou seja, tudo aquilo que pertencia a eles poderia ser chamado de patrimônio ou mesmo referências históricas e culturais. Contudo, cabe ressaltar que patrimonializar um bem é um ato político e depende de escolhas também políticas. A este respeito e sobre as escolhas do que tomba e proteger, autores como Funari e Pelegrini (2006, p. 7) escrevem:

Que Patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casas-grandes”. Tal queixa implicava que os indígenas, além dos africanos e de tudo que se refere à vida cotidiana, não eram associados, por nós, ao patrimônio.

Joaquim Falcão (*apud* FUNARI; PELEGRINI, 2006) desconstrói essa ideia de que o Patrimônio é só igrejas, palácios, castelos e casas, quando coloca que o conceito de Patrimônio está associado também a vida cotidiana das sociedades indígenas e africanas. Diante disso, o IPHAN separa os bens culturais em algumas categorias para identificar sua gestão e conhecimento público de patrimônio material e imaterial. São elas duas grandes categorias: o patrimônio cultural material e imaterial, sendo que estes se subdividem em muitos outros, como os bens imóveis, móveis, arqueológico, paleontológico, ferroviários, os modos de fazer, as celebrações, os lugares, etc., conforme citado por Bandeira (2016, p. 3):

Os bens classificados como patrimônio cultural material é formado conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, sendo exemplificado pelos conjuntos urbanos; bens edificadas; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, vídeo gráficos, fotográficos e cinematográficos.

Então é importante ressaltar que quando pensarmos em patrimônio histórico, está incluída também as vivências das ancestralidades que não estão restritos somente ao que é antigo, mas que tenha um pertencimento à memória coletiva, como os bens classificados como patrimônio cultural imaterial:

Os bens classificados como patrimônio cultural imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (BANDEIRA, 2016, p. 3).

Diante do exposto, podemos considerar que o patrimônio cultural é uma herança transmitida por gerações anteriores e que hoje temos como referência para a sociedade. Mas a maioria desses bens deixados por essas gerações não é valorizada devido ao progresso das cidades, quando se tratam dos prédios com interesse histórico e artístico sem proteção incidente, muitos são destruídos ou descaracterizados para dar lugar a um novo edifício, como é o caso da cidade de Pinheiro.

3.3 Caracterizando o patrimônio edificado

Segundo Sônia Afonso (1999), o patrimônio edificado existente nas cidades constitui-se numa forma de herança cultural, sendo a sua manutenção, valorização ou destruição determinadas pelas maneiras como lidamos com esta herança. Nas palavras de Patricia Nahas (2015, p. 84-85), a “preservação” tem como objetivo garantir a integridade de algo, por outro, a “mudança” é instigada pelo movimento do tempo em alterar e modificar algo.

Segundo esta autora, o conceito de preservação está associado no sentido de continuar existindo as suas características primárias e já a mudança está relacionada às modificações do próprio tempo, nesse sentido a autora cita as transformações que o monumento pode sofrer durante a restauração devido às novas intervenções que ocorrem no interior do prédio (NAHAS, 2015).

Quando se fala de caracterização do patrimônio edificado logo se tem em mente o conceito de restauração desses bens, levando-se em conta a intervenção e a conservação dos mesmos, e dentro dessa intervenção há vários fatores que contribuem para diagnosticar os problemas existentes nesses bens (FEILDEN, 2003).

Diante dessa informação, é importante ressaltar o conceito de intervenção, que determina vários níveis de restauração e conservação desses patrimônios. Baseada nessa classificação, fica mais fácil saber as situações e problemas desse patrimônio, fazendo com que eles possam ser corrigidos ou tratados sem nenhuma descaracterização. Segundo Feilden (2003), o conceito de intervenção está relacionado ao ato de prevenir, preservar, consolidar, restaurar, reabilitar, reproduzir e reconstruir. A partir dessa observação podemos destacar que essa intervenção é pensada em uma perspectiva de prevenção. Porém, o que se conhece sobre trabalhos de restauração é que nem sempre há um cuidado essencial e profissionais habilitados para tal

trabalho, pois na tentativa de restaurar esses bens, acabam por destruí-los ou descaracterizá-los por falta de conhecimento e preparação.

Este cenário também é abordado por Gattermann(2012, p. 44), que descreve:

Esta constatação resulta na realidade vista, todos os dias, nas grandes e também nas pequenas cidades: destruição de importantes monumentos e conjuntos de valor patrimonial inestimável, seja por má atuação na intervenção, quer por completo desconhecimento do bem pela sociedade onde se insere.

Dentro dessa perspectiva se observa que o patrimônio vem perdendo seu lugar dentro da cidade, pela falta de conservação, pelo uso incorreto, pela falta de sensibilidade ou até mesmo pelos desenvolvimentos das pequenas e grandes cidades, isso vem desconfigurando o contexto histórico e cultural dos lugares. Diante disso, é importante buscar alternativas viáveis para que possam melhorar essas intervenções, pois como reconhece Silva, (2017, p.11):

A ação de intervenção no patrimônio cultural, guiada por essa metodologia caracteriza-se, como já dito, como uma ação cultural. Ela exige, portanto, uma equipe multidisciplinar, com profissionais de várias áreas, para responder todas as questões inerentes a esse processo. Tratando-se especificamente, de uma intervenção no patrimônio cultural edificado, o profissional de engenharia civil deve fazer parte dessa equipe.

Por se tratar de monumentos, é necessário que se tenha vários cuidados ao intervir, segundo o autor, deve ter uma equipe preparada para essa intervenção. Ele cita que o engenheiro civil é o principal profissional capaz de direcionar os trabalhos a serem executados. Além de outros profissionais como os arquitetos, historiadores, arqueólogos, restauradores, etc. Logo, o diálogo entre o engenheiro e a equipe multidisciplinar é importante, porque através dessa interação, o engenheiro civil adquire conhecimentos das edificações sobre a forma de construção, materiais que foram usados, o tempo de uso, se houve modificação e também do valor histórico das mesmas.

Nesse sentido Silva(2017, p. 12) comenta:

Dessa forma, tendo em vista a participação do engenheiro civil em uma equipe multidisciplinar da Restauração, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, e a fragilidade do conhecimento desse profissional das edificações antigas ou históricas, acredita-se que uma pesquisa, por parte desse profissional, da cadeia produtiva de uma edificação enquanto um sistema, promoveria um diálogo necessário em equipe, assim, como, a apreensão de valores tecnológicos desse patrimônio.

Diante dessa informação, é importante ressaltar o trabalho em equipe desses profissionais, pois, contribui para conservação dessas edificações. É importante também ressaltar as políticas de preservação que regulam os patrimônios edificados no âmbito nacional, fiscalizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018, p. 5) também possuem fortes diretrizes, conforme citado:

- a) a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural de natureza material;
- b) a elaboração e a aprovação de normas de preservação;
- c) as autorizações de pesquisa e intervenção em bens acautelados em âmbito federal;
- d) a fiscalização do patrimônio cultural de natureza material acautelado pela União; e
- e) a conservação e gestão de bens culturais acautelados pela União.

Nesse sentido, o IPHAN (2018) propõe políticas de preservação que ajudam na conservação do patrimônio cultural de natureza material, especialmente o edificado. Sendo assim, é importante por em prática, essas diretrizes para melhor identificar, reconhecer, elaborar e aprovar as normas de preservação desses patrimônios de natureza material. Diante destas diretrizes e condições citada pelo IPHAN (2018) é importante ressaltar os objetivos da Políticas de Patrimônio Cultural Material, que segundo o Órgão tem que ter a participação e colaboração ativa da sociedade, a partir dos seguintes aspectos:

- i. qualificar e ampliar as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural de natureza material;
- ii. estabelecer práticas para a construção coletiva dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens acautelados;
- iii. institucionalizar as práticas e instrumentos da preservação desenvolvidos ou sugeridos pelo comitê do patrimônio mundial e pela comissão cultural do Mercosul;
- iv. precisar os entendimentos institucionais sobre termos ou conceitos específicos aplicáveis à preservação do patrimônio cultural de natureza material; e
- v. fortalecer a preservação do patrimônio cultural de natureza material de povos e comunidades tradicionais portadores de referência à identidade, à ação, à memória do país (IPHAN, 2018, p. 9).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deixa claro quais são os seus objetivos em relação a preservação e conservação do patrimônio material. Além disso, a sociedade está inserida nesse contexto trazendo sua colaboração juntamente com os demais órgãos federais, estaduais e municipais facilitando as práticas de preservação dos mesmos. Logo, é de fundamental importância que o poder municipal de Pinheiro tome consciência da importância dos últimos remanescentes edificados que ajudam contar a sua história.

40 SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO-SICG APLICADO AO PATRIMÔNIO EDIFICADO: perspectiva teórica e metodológica

Conforme abordado anteriormente, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão(SICG) é o primeiro sistema de cadastro com inteligência geográfica do IPHAN. Trata-se de um sistema de conhecimento e gerenciamento que integra a gestão do bem cultural, concentrando em uma única interface, o cadastro de bens culturais diversos (IPHAN, 2019), que no caso desta monografia são os bens arquitetônicos de interesse histórico e artístico da cidade de Pinheiro, Maranhão.

O SICG é um sistema informatizado georreferenciado do patrimônio cultural brasileiro, desenvolvido em *software* livre na arquitetura da informação orientada ao objeto. Ele integra, em uma ferramenta única, o conhecimento e gestão dos bens culturais brasileiros em uma escala nacional, regional e local. A este respeito, esta metodologia permite em sua concepção cadastrar e compartilhar os bens considerados como patrimônio cultural por prefeituras, governos e coletivos, permitindo um conhecimento em escala territorial e amplitude temática do alcance das políticas públicas de reconhecimento e proteção dos bens culturais por parte dos Estados e municípios.

Ao possibilitar ao poder público, às universidades e os institutos de pesquisas a utilização da base de dados para compartilhar seus bens criam-se redes estruturadas e organizadas por categorias e termos que permitem análises, por meio de relatórios geográficos e relacionais, das condicionantes, por exemplo, dos projetos de desenvolvimento territorial como é o caso da implantação de novas infraestruturas econômicas ou até mesmo na mudança na lei de uso e ocupação do solo de um distrito urbano (IPHAN, 2019).

Diante do exposto, a metodologia do SICG foi elaborada pelo poder público federal e disponibilizada em seu Manual Técnico e as Fichas correspondentes aos diferentes módulos que foram o sistema. Logo, trata-se da aplicação única e simples em contextos diferenciados, como é o caso dos bens edificados de Pinheiro.

A pesquisa sobre as edificações de interesse histórico e artístico de Pinheiro foi desenvolvida a partir da aplicação do Inventário de Varredura e Conhecimento, especialmente as fichas de Caracterização do bem cultural desenvolvidas pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), especialmente as do Módulo 1 – Conhecimento, a saber, Ficha M101 – Contextualização Geral e M102 - Contexto Imediato e a do Módulo 3, Ficha M301 – Cadastro Básico de Bens, que contém campos de identificação, localização e caracterização comuns a

todos os bens de natureza material, que na pesquisa em questão são os bens edificado de caráter imaterial e imóvel (IPHAN, 2019, 2013).

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) foi desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um instrumento capaz de integrar os dados sobre o patrimônio cultural brasileiro, com foco nos bens de natureza material, reunindo informações sobre cidades históricas, os bens móveis e integrados, as edificações, as paisagens, o patrimônio arqueológico, o patrimônio ferroviário e naval, dentro outros (IPHAN, 2013). Além de atuar como uma ferramenta de documentação, o SICG é um instrumento de gestão do patrimônio cultural, que pode auxiliar na criação de leis e no desenvolvimento de planos diretores para a cidade.

Neste contexto, o SICG é concebido como:

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG é um instrumento que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário, itinerários culturais, patrimônio rural, industrial, paleontológico e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. O SICG é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário. Os módulos foram idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural. Partem do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais, e possibilitam, por exemplo, a utilização de outras metodologias, como o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (voltado para a identificação de bens de natureza imaterial), caso seja necessário para a complementação dos estudos (IPHAN, 2013, p. 13).

Este sistema é formado por três módulos, que se interconectam por meio de fichas que reúnem informações gerais e particulares. O primeiro módulo é o de Conhecimento, visa reunir informações que contextualizem, na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico para se iniciar um estudo ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico (IPHAN, 2013), sendo justamente as fichas deste conjunto que foram aplicadas ao contexto das edificações de interesse histórico e artístico de Pinheiro.

O segundo módulo é o de Gestão, que reúne um conjunto de fichas cujo enfoque são as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o IPHAN ou os demais órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de desenvolver modelos de gestão através de normatização, ações de fiscalização, planos de preservação, de reabilitação, entre outros (IPHAN, 2013). Estas fichas não se aplicaram ao contexto de Pinheiro, pois não existem proteção legal incidente ao patrimônio edificado da cidade.

Por fim, existe o módulo de Cadastro, que reúne um conjunto de fichas para aplicação em cada bem de interesse ou já protegido. Possui uma ficha padrão comum a todas as categorias do patrimônio material, o Cadastro Básico, com informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o registro de um número de identificação, tal como uma cédula de identidade (IPHAN, 2013). Estas fichas foram aplicadas para cadastrar as três praças de Pinheiro, onde foi aplicado o Inventários de Conhecimento e Varredura.

4.1 Inventários de Conhecimento e Varredura

Uma das principais aplicações do SICG é justamente subsidiar o desenvolvimento de Inventários de Conhecimento e Varredura para formar uma base de informações aplicada à construção de “Redes de Patrimônio” em todos os estados e municípios. Por sua vez, o Inventário de Conhecimento e Varredura é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, que identifique e cadastre as ocorrências materiais e imateriais ainda existentes, apontando a necessidade de estudos mais detalhados (BANDEIRA, 2018). Logo, os Inventários de Conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização.

Conforme já mencionado, o Inventário objetiva construir conhecimento sobre os suportes de memórias, histórias, identidades e territorialidades em determinado território (BANDEIRA, 2018). Portanto, foca nos bens de interesse histórico e cultural, como também nas “[...] práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2018).

Para Soares (2009, p. 286):

O inventário é indicado nominalmente em dispositivo constitucional como um dos instrumentos para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. É um instrumento de proteção dos bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, pode ser feito por entes públicos e privados, com adoção de metodologia pré-determinada pelo órgão cultural ou com o uso de metodologia desenvolvida por outros experts ou profissionais que lidem com patrimônio cultural.

Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica (FONSECA, 2006). Logo, a realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas

que serão consideradas pertinentes, que no caso em questão são as referências históricas e culturais enquanto suportes de memórias, histórias, identidades e territorialidades na área em questão.

Em um primeiro momento, foi realizado um recorte territorial considerando o potencial da área a ser inventariada, considerando que já possuem informações documentais ou orais sobre a existência de bens históricos e culturais a serem inventariados. Tais referências serão averiguadas e inventariadas. O passo seguinte focou nos bens a ser inventariados na área de estudo, sobretudo, àqueles que não possuem quaisquer informações. Para ambos os casos, a perspectiva foi a de construir conhecimento sobre essas referências com base nas pesquisas bibliográficas, produção de material audiovisual, averiguação *in loco* das indicações bibliográficas e descoberta de novas evidências ainda não referenciadas.

4.2 Fases da pesquisa

A pesquisa monográfica foi realizada em três etapas, conforme descritas:

Etapla 1 – Planejamento e preparação da pesquisa – Levantamento Preliminar

- ✓ Elaboração do Projeto de TCC contemplando a organização das atividades, levantamento das fontes e definição do calendário da pesquisa de campo;
- ✓ Realização da pesquisa histórica, iconográfica, audiovisual e bibliográfica, consultando órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições e entidades de pesquisa, Universidades, em especial o Arquivo Noronha Santos do IPHAN;
- ✓ Elaboração dos roteiros prévios de pesquisa de campo considerando as três Praças de Pinheiro.

Etapla 2 – Pesquisa de campo – Identificação e documentação

- ✓ Apresentação da metodologia de Inventário de Varredura e Reconhecimento com o roteiro estruturado da pesquisa;
- ✓ Realização da pesquisa de campo com a identificação dos bens edificados de interesse histórico e artístico;
- ✓ Produção da documentação fotográfica e audiovisual;
- ✓ Sistematização, organização e avaliação das informações levantadas em campo e da documentação reunida e produzida no processo das pesquisas, com o devido preenchimento de fichas, complementação e verificação do bem cultural inventariado.

Etapla 3 – Processamento das informações

- ✓ A fase final consiste em processar as informações, digitalizar as fichas de inventário, construir os mapas com roteiros temáticos e elaboração da monografia.

No Inventário foram preenchidas as fichas de Caracterização do bem cultural desenvolvidas pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), especialmente as do Módulo 1 – Conhecimento, a saber, Ficha M101 - Contextualização Geral e M102 - Contexto Imediato e a do Módulo 3, Ficha M301 – Cadastro Básico de Bens, que contém campos de identificação, localização e caracterização comuns a todos os bens de natureza material, que na pesquisa em questão são os bens edificado de caráter imaterial e imóvel (IPHAN, 2019, 2013), conforme apresentado na Figura 1, a seguir.

Figura 1– Ficha de Contextualização Geral do IPHAN

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorde Terrestre (identificação da região estadual):

1.2. Recorde Terrestre (identificação do bem do estado):

1.3. Identificação do bem (nome/ Objeto de Análise):

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1. UF(s): 2.2. Município (s): 2.3. Localidade (s):

2.4. Mesorregião (s) – Dados IBGE: 2.5. Microrregião (s) – Dados IBGE:

2.6. Mapa de Localização:

2.6.1. No Brasil: 2.6.2. Em relação ao contexto/ limites:

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, população, etc.):

5. SELEÇÃO DE IMAGENS (selecionar quantas linhas forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem):

6. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas ou listar referências):

7. FONTES DE INFORMAÇÃO/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar):

8. PALAVRAS-CHAVE

Fonte: IPHAN (2019, 2013).

5 APLICAÇÃO DO SICG NO CONTEXTO DE PINHEIRO

As temáticas que envolvem o patrimônio histórico e cultural ficaram por muitas décadas relegadas aos trabalhos realizados pelos órgãos de preservação e fiscalização, sendo consideradas nos anos de Ditadura uma temática quase que totalmente estatal. Os reflexos dessa conduta ainda estão fortemente arraigados entre os gestores culturais que atuam no poder público, com condutas policiaescas, nada inclusivas e com decisões verticais e que quase não envolvem a sociedade civil. Não é de estranhar que a sociedade vem tornando-se cada vez mais apartada de suas referências, agindo como meros espectadores ou produtores culturais sem voz e ressonância quando se pensam em políticas públicas para a cultura, pois raros são os casos onde os anseios da sociedade civil são levados em consideração (BANDEIRA, 2018).

No caso do Maranhão, a gestão do patrimônio histórico e cultural encontra-se concentrada no poder público, especialmente na Superintendência do IPHAN do Maranhão e na Superintendência de Patrimônio Cultural do Governo do Maranhão, sendo que São Luís ainda conta com a Fundação Municipal do Patrimônio Histórico. Logo, a linha de atuação do poder público na gestão da cultura encontra-se em tempos de crise brasileira basicamente focada na fiscalização dos centros históricos tombados sobre sua jurisdição, no restauro ou contenção de edificações que correm riscos de desabamentos, na manutenção das reuniões dos conselhos gestores dos bens imateriais, a exemplo do Tambor de Crioula e Bumba Meu Boi ou na organização dos calendários festivos já consagrados (BANDEIRA, 2017).

Soma-se a isso, uma atuação fortemente concentrada na capital do Estado, São Luís ou em cidades com características coloniais a exemplo de Alcântara e Caxias. Em casos onde os poderes públicos municipais não possuem estrutura administrativa para lidar com seus bens históricos e culturais importantes suportes de histórias, memórias, identidades e territorialidades estão se perdendo, desaparecendo ou sendo abandonados.

Portanto, a atuação das Universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil é de extrema relevância para se ampliar o leque de discussões em torno dos bens históricos e culturais, inventariando regiões ainda desconhecidas dos mapeamentos culturais, construindo conhecimento sobre novos suportes de memórias, histórias, identidades e territorialidades dos povos e propondo agendas não abordadas pelas políticas públicas culturais.

Conforme já mencionado, o SICG é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e conta com um conjunto de fichas estruturadas para a pesquisa e organização de informações, conforme o objetivo do estudo ou inventário. No Módulo de Conhecimento foram utilizadas as seguintes fichas na monografia:

- ✓ Ficha M101 – Contextualização Geral: é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo;
- ✓ Ficha M102 – Contexto Imediato: é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101;
- ✓ M302 - Bem imóvel Arquitetura – Caracterização externa: usada para registrar o bem arquitetônico em sua parte externa, considerando a classificação do bem na categoria arquitetura, bem imóvel, estilo e função.

As atividades de pesquisa seguiram os seguintes procedimentos:

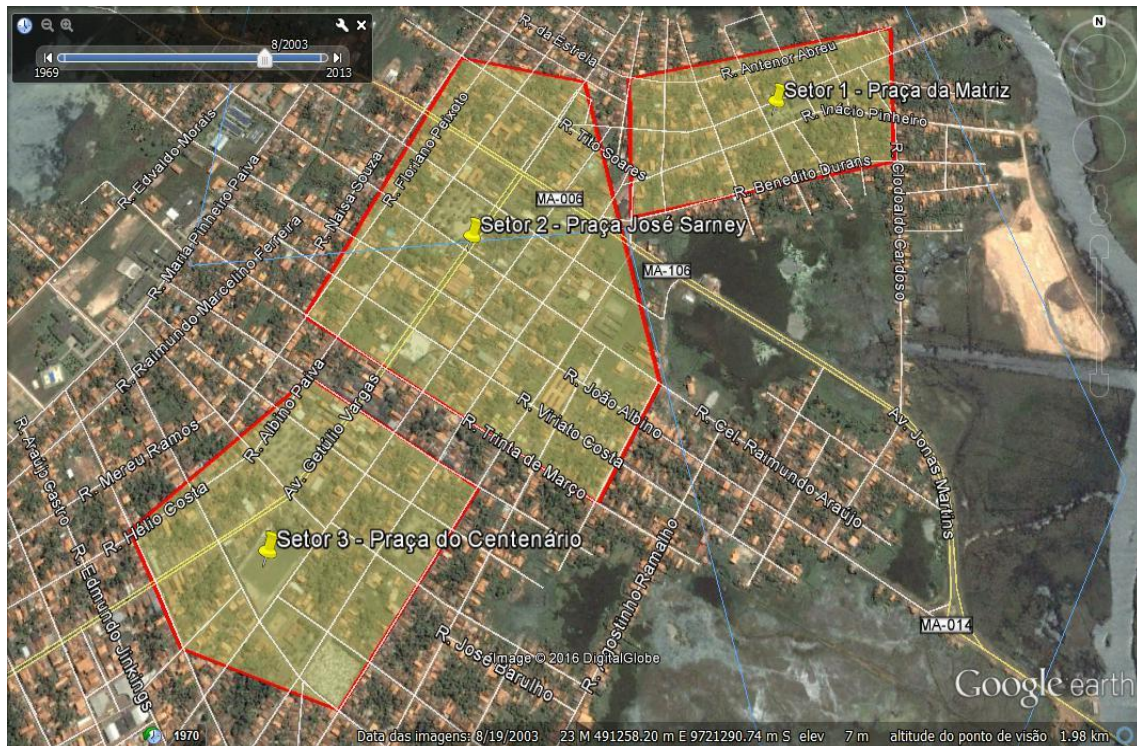
- ✓ Em um primeiro momento as fichas foram apresentadas e discutidas;
- ✓ Posteriormente foi realizada uma aula de campo guiada pelo Professor Orientador, visitando o centro de Pinheiro, com reconhecimento das três principais praças da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário, bem como a visita de espaços de referência para a memória e história da cidade, a exemplo da Igreja Matriz, edificações históricas e a casa de José Sarney;
- ✓ A etapa seguinte consistiu em debater a aula de campo, enfocando os aspectos históricos e urbanísticos da cidade para seleção de quais fichas seriam relevantes para o inventário das edificações históricas;
- ✓ Após a definição das fichas que seriam utilizadas no inventário, foi realizado o preenchimento simulado das mesmas em sala de aula, com o auxílio de softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), a exemplo do *Google Earth* e *Google Maps*;
- ✓ No geoprocessamento, o centro de Pinheiro foi zoneado em três setores, que representam três momentos históricos da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário. Esses setores foram delimitados e georreferenciados.

No contexto desta monografia, para a aplicação do SICG foi necessária a definição de Recortes Territoriais e Temáticos que determinaram o contexto geográfico e o enfoque específico, a partir dos quais os bens edificados foram identificados e classificados, norteando a realização dos estudos, propostas de preservação e gestão nos diversos campos do patrimônio cultural. Portanto, a delimitação dos Recortes Territoriais e Temáticos foi o elemento inicial de organização e indexação das informações produzidas e dos bens cadastrados para documentação e busca das informações.

O recorte territorial assumido considerou o Estado do Maranhão, o município de Pinheiro e o bairro Centro, especificamente formado pelas praças da Matriz, José Sarney e Centenário. Tal

recorte, considerou as unidades de planejamento estatal baseadas nas divisões político-administrativas estipuladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a pré-setorização da zona central. Ao passo que o recorte temático se referiu diretamente ao conteúdo da monografia, a partir da problematização, que considerou como tema as edificações de caráter histórico e artístico do município de Pinheiro, a partir do qual os bens cadastrados passaram a compor um conjunto, mesmo que dispersos na área de estudo, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Pré-setorização do Centro de Pinheiro após a realização do recorte territorial



Fonte: Imagem trabalhada no Google Earth. Composição: Arkley Bandeira (2018).

A do recorte temático e a partir da pré-setorização, partiu-se para preenchimento da Ficha M101 – Contextualização Geral, conforme apresentada a seguir.

Quadro 1 - Ficha M101 - Contextualização Geral

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)
Pinheiro – Maranhão
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
MA	Pinheiro	Centro
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Norte Maranhense (IBGE/2008)		Baixada Maranhense (IBGE/2008)
2.6. Mapa de Localização		
2.6.1. No Brasil		2.6.2. Em relação ao contexto/ limites
		
2.6.3. Na região/ estado		
		
2.7. Municípios limítrofes (nominar)		
Santa Helena, Presidente Sarney, Bequimão, Peri Mirim, Palmeirândia e São Bento.		

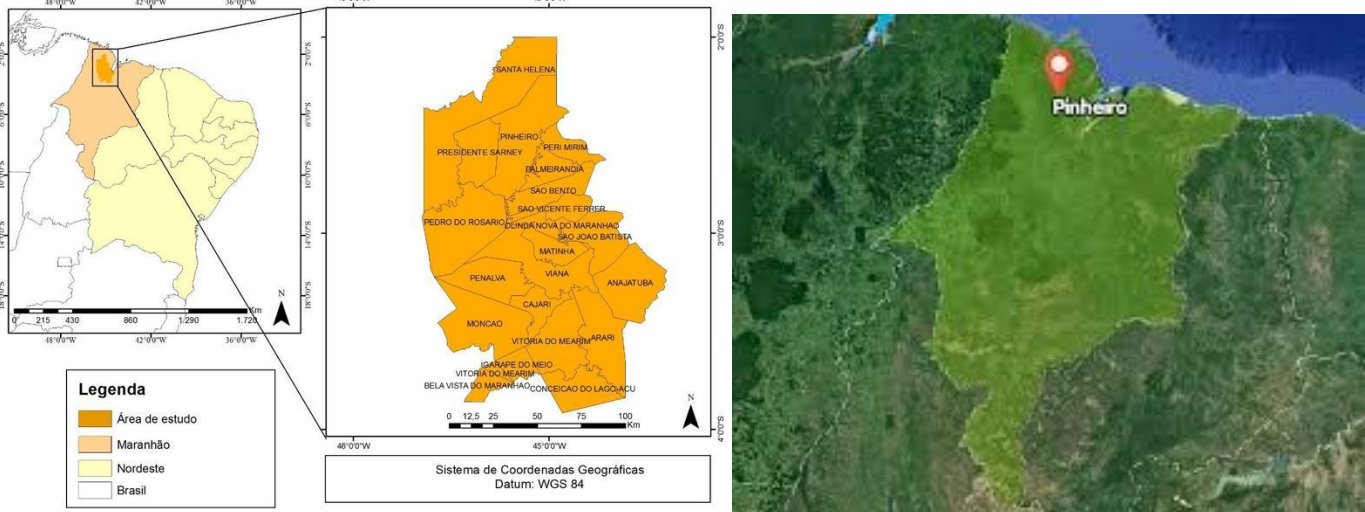
Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Pinheiro – Maranhão	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro	
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise	
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário	
3. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE	
A cidade de Pinheiro está localizada na Microrregião da Baixada Maranhense, numa área de 1.512,9 km², onde vive uma população estimada em 81.438 habitantes. (IBGE, 2015). Fundada no dia 03 de setembro de 1856, recebeu esse nome em homenagem ao seu fundador Inácio José Pinheiro, que em busca de novas pastagens para seu gado, descobre esta terra de campos alagados e floresta de cocais, cortada por um importante rio que mais tarde recebera o nome de rio Pericumã. As várias versões que relatam sobre a formação da Cidade de Pinheiro, fontes como, jornal Cidade de Pinheiro, os livros de Jerônimo de Viveiros, Francisco José de Castro Gomes, Aymoré de Castro Alvim e César Marques, convergem com a ideia principal em relação ao surgimento do povoado, estes autores relatam as narrativas de ocupação destas terras, a partir da expansão da pecuária desde Alcântara em busca de novas terras para as pastagens. Todos eles citam o Capitão-mor Inácio José Pinheiro, como o “protagonista” e responsável pela colonização das terras do vale do rio Pericumã. Com o crescimento do seu gado, e por falta de pastos na vila de Alcântara, no século XIX, o capitão Inácio José Pinheiro foi em busca de novas terras para implantar suas fazendas, já que estas haviam se expandido, logo ele procurava por lugares adequados para suas novas instalações, encontrando-os nas regiões dos lagos da Baixada Maranhense. Porém, essas terras já eram ocupadas por povos indígenas índios “pacificados”, que já trabalhavam nas lavouras, nos cultivos da cana- açúcar, do algodão, e mantinham relação econômicas com a capital, São Luís, embora essa relação não tenha sido tão pacífica, houve vários conflitos entre posseiros e índios. Em termos socioeconômicos, Pinheiro apresenta uma população estimada (2018) em 82.990 pessoas, sendo que no último censo (2010), a população foi contabilizada em 78.162 pessoas, com uma densidade demográfica (2010) em 51,67 hab/km². O salário médio mensal dos trabalhadores formais (2016) foi de 1,9 salários mínimos, com cerca de 5.308 pessoas ocupadas (2016), perfazendo cerca de 6,5 % da população. Ao passo que o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 49 %, em 2016 (IBGE, 2019). Sobre a saúde do município, a taxa de mortalidade infantil média é de 17.91 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, Pinheiro fica nas posições 77 de 217 e 179 de 217, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1395 de 5570 e 1659 de 5570, respectivamente. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 7 de 217. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 33 de 217. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.6 em 2010. Isso posicionava o município na posição 117 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 4099 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).	
4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE	
4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc...)	

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise			
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário			
O Relevo de Pinheiro apresenta topografia variável. Com campos altos e baixos e cobertura vegetal de matas, cerrados, campos alagados, chapadas e matas de cocais. O Clima é tropical, quente e úmido, sendo que a zona da chapada oferece clima mais ameno. As estações do ano são apenas duas – chuvosa (chamada localmente de inverno) - que vai de janeiro a junho, e seca (chamada de verão) – de julho a dezembro. Um dos aspectos mais marcantes do município é a sua riqueza hídrica, formada por uma bacia principal do Rio Pericumã. As águas do Rio Pericumã são utilizadas para o abastecimento da população após serem tratadas pela Caema, e delas são tirados os pescados, fonte principal de alimentação Pinheirense. A população ribeirinha o utiliza como meio de transporte diariamente, com lanchas motorizadas, com horário de chegada e saída para diversas localidades circunvizinhas. Apresenta 49.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 28.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 5 de 217, 177 de 217 e 76 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2261 de 5570, 4878 de 5570 e 4181 de 5570, respectivamente (IBGE, 2019).			
5. SELEÇÃO DE IMAGENS (repetir quantas linhas forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)			
			
Vista aérea da cidade de Pinheiro. Crédito: Leonardo Soares, 2017.	Vista aérea da parte central da cidade de Pinheiro. Crédito: Leonardo Soares, 2017.	Vista aérea de um dos canais artificiais do rio Pericumã. Crédito: Leonardo Soares, 2017.	Vista aérea da Praça Matriz, com a Igreja de Santo Inácio de Loyola. Crédito: Leonardo Soares, 2017.
			
Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola ainda com uma torre. Fonte: desconhecido.	Sede da primeira Prefeitura do município de Pinheiro. Fonte: desconhecido.	Sede do Jornal Cidade de Pinheiro. Fonte: desconhecido.	

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
6. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas e/ou listar referências)		
 Fonte: Santos <i>et al.</i> (2017).		
7. FONTES DE INFORMAÇÃO/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar)		
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SANTOS, H. A. et al. Análise espaço temporal da vegetação na microrregião Baixada Maranhense – MA nos anos de 2000 e 2014 através de sensoriamento remoto. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-Microrregiao-da-Baixada-Maranhense-Maranhao_fig1_319175516 .		
8. PALAVRAS-CHAVE		
Pinheiro – Centro – Praças – Edificações – História		
9. PREENCHIMENTO		
9.1. Entidade	Universidade Federal do Maranhão	9.2. Data
9.3. Responsável	Arkley Marques Bandeira e Maritilde de Jesus França Ferreira	20 de abril de 2019

Fonte: Bandeira e Ferreira (2019).

Após o preenchimento da Ficha de Contextualização Geral, a etapa seguinte foi o preenchimento da Ficha de Contexto Imediato. Considerando que no recorte temático o Centro de Pinheiro foi dividido em pré-setores, a saber, Praças Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário, foi considerado uma Ficha por setor, em um total de três.

Quadro 2 – Ficha M102 Contexto Imediato - Praça da Matriz - Centro

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
MA	Pinheiro	Praça da Matriz – Centro
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Norte Maranhense (IBGE/2008)		Baixada Maranhense (IBGE/2008)
2.6. Mapa de Localização		
3. SÍNTESE HISTÓRICA		
A Praça da Matriz, atualmente praça Padre Newton Pereira, foi palco da chegada do Capitão – mor Inácio José Pinheiro, segundo registra a história. Foi ali que o Capitão – mor se instalou juntamente com os seus agregados o que viria a resultar em um aglomerado de pequenas choupanas, deixando assim um local no centro em evidência, como explicita Leite(apud Gomes, 2004, p. 227): A casa grande, as senzalas, as choupanas dos empregados e agregados, tudo se arrumou ali, naquele local envolta da ermida, perto do lago. Os criadores também chegaram de longe e se arranchavam, atraídos por pastagens abundantes para o gado, seguindo o exemplo do velho pioneiro Inácio Pinheiro. A Praça Matriz marca o núcleo fundacional da cidade de Pinheiro, onde existem as ocupações mais antigas da cidade, que remetem aos primeiros anos do povoamento. A mesma encontra-se mais próxima ao rio Pericumã, fato que denota que o escoamento da produção, deslocamentos, abastecimentos, lazer e outros aspectos da sociedade estava intimamente ligada a este rio. Próximo ao Pericumã foi construída a primeira capela, o primeiro cemitério, a primeira escola, oficina de prestação de serviços e a Câmara Municipal. Destacando assim a função da capela, pois está além de ser ponto de encontro para as ladainhas, depois missas, batizados, casamentos e etc., também funcionava como meio de comunicação entre os moradores através das badaladas do seu sino. Conforme cita Gomes, (2004, p.112): Com a construção da igreja matriz, as comunicações na cidade, eram feitas pelos sinos, assinalando os horários para as solenidades religiosas, missas, procissões e etc., notas fúnebres. Pelos sons dos sinos a população tinha o conhecimento, que a pessoa falecida era do sexo, masculino, feminino ou criança; para incêndios, com sinal de socorro, alarme etc. Mais tarde, a capela continuaria desempenhado papel importante na vida das pessoas do lugarejo, pois o santo escolhido como padroeiro da cidade viria da homenagem que o capitão-mor Inácio José Pinheiro dera ao santo do seu nome de batismo. Segundo Gomes, (2004, p. 227): Desde então, a proteção do bravo santo espanhol paira sobre a nossa terra. Os laços de amor, devoção e fé que nos ligam ao chefe da Companhia de Jesus são portanto, do século passado, do momento em que Inácio Pinheiro ao fundar a povoação, implantou também a veneração ao seu santo protetor de quem havia herdado o nome de batismo e a corajosa vontade de abrir novos caminhos. Hoje, no entorno da praça da matriz, ainda está situado um dos prédios mais antigos da cidade em estilo colonial, foi sede do Poder Legislativo e da Intendência. Propriedade da família de Adão Amorim.A Praça Padre Newton Pereira, mais conhecida como praça		

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

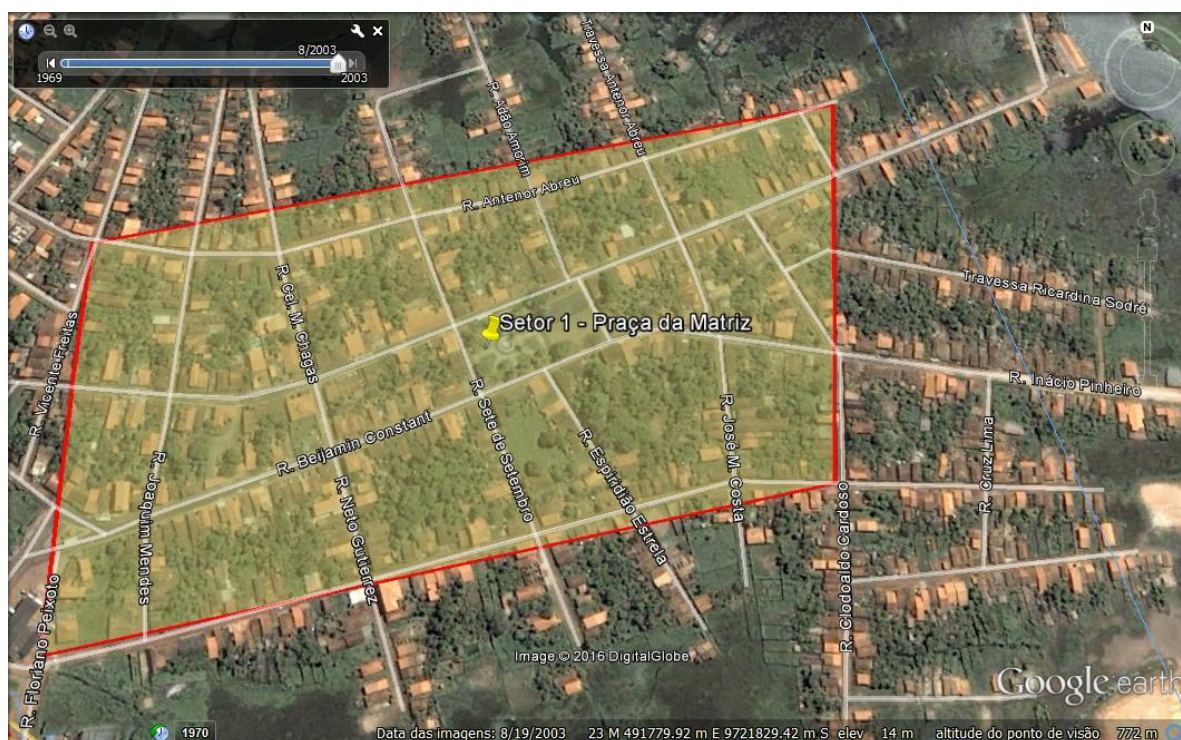
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

da Matriz, passou por várias reformas, sofrendo modificações e as mais variadas formas de arborização. Atualmente, a praça comporta a bela igreja de santo Inácio de Loyola, padroeiro da cidade, a construção é em estilo colonial. Ela é rodeada por residências de antigos moradores, pizzarias, restaurantes e etc.

O festejo de santo Inácio de Loyola, realizado na igreja da matriz e consequentemente na praça, atrai os devotos do santo, que tradicionalmente, no mês de julho, período da festividade, torna-se ponto de encontro de famílias e amigos nas nove noites em que são celebradas as novenas, com barracas onde são vendidas comidas típicas da cidade e apresentações culturais no largo, como cita Leite (*apud* GOMES, 2004, p. 228):

Desde que a Vila de Santo Inácio de Pinheiro tornou-se sede da freguesia, que o dia 31 de julho, dia do glorioso Santo Inácio, é festejado com rezas, ladainhas, novenas, missas, procissões, festas de arraial, onde os atos litúrgicos misturam-se com as manifestações populares, sofrendo as influências dos costumes de épocas. No início do século, sem vigário local, o próprio, povo rezava os benditos e as ladainhas, depois, a chegada do padre vindo de outras freguesias (Viana, Alcântara, São Bento), era a grande novidade.

4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS (localização)



5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)

A Praça da Matriz é caracterizada por abrigar a Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola. Em fotos históricas foram observadas várias modificações ao longo do tempo, tanto na sua configuração como nas edificações no entorno. Para fins de Inventário das edificações, os limites da Praça se estenderam desde a Beira Rio até o Obelisco, e o entorno da rua Floriano Peixoto, constituindo 18 quadras completas e mais algumas fracionadas. No entorno da Praça foram identificados o maior conjunto de edificações

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

ecléticas da cidade e o menor risco de impacto ao mesmo, por se tratar de uma área residencial até o momento.

6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)



Imagem aérea da Praça da Matriz de Santo Inácio de Loyola, com ênfase no setor principal.



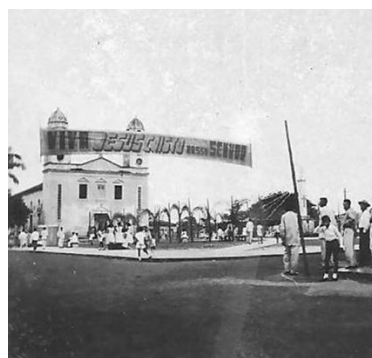
Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.



Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.



Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise			
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário			
Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.	Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.	Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.	
			
Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.	Igreja Matriz de Santo Inácio de Loyola em diferentes períodos.	Edificações do entorno da Praça da Matriz.	
6.2. Fontes/ referências das imagens			
Autores desconhecidos, Arkley Marques Bandeira, Leonardo Silva Soares e Maritilde de Jesus França Ferreira.			
7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS			
A Praça da Matriz apresenta usos mistos, tanto sociais, como particulares, visto que a área da Praça e seu entorno apresentam residências de diversos períodos de tempo, a própria Igreja de Santo Inácio de Loyola que atua como um aglutinador social e cultural, alguns comércios, escolas e o Largo da Igreja, onde ocorrem festividades religiosas. Nas proximidades do Rio Pericumã foram registrados comércios, bares, áreas de lazer e outros equipamentos da cidade. Alguns edifícios foram adaptados para receber comércios ou outros usos distintos dos originais. Foram observadas muitas edificações antigas abandonadas e em estado de arruinamento, conforme o arrolamento das imagens. Destaque para dois prédios de origem colonial com porão e dois pavimentos que foi adaptado ao estilo Art Decó, mais moderno, cujos proprietários se orgulham em mantê-los íntegros.			
8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo da foto)			
			
Visão geral da Praça da Matriz.	Edificação de um pavimento em processo de arruinamento.	Edificação de um pavimento ainda em uso.	Edificações de dois pavimentos em diferentes estilos arquitetônicos.

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise			
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário			
			
Edificação Colonial com frontão redaptado para o Art Déco.	Quadra com edificações de diferentes estilos arquitetônicos.	Edificação de um pavimento ainda em uso.	Edificação de meia morada com porta ampliada.
			
Edificação de meia morada com porta ampliada.	Edificação de um pavimento em processo de arruinamento	Edificação com beira característica da arquitetura colonial.	Edificação com beira característica da arquitetura colonial.
			
Detalhe construtivo Art Déco com as iniciais do proprietário.	Detalhe do janelão em arco.	Detalhe do janelão quadrado com o gradil.	Detalhe da cercadura do janelão quadrado.
			
Detalhe da cercadura do janelão	Interior de uma edificação colonial.	Interior de uma edificação colonial com janelões para ventilação e	

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
quadro.		iluminação.
PREENCHIMENTO		
Entidade	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
Responsável	Maritilde de Jesus França Ferreira	20 de abril de 2019

Fonte: Bandeira e Ferreira (2019).

Quadro 3 -Ficha M102 Contexto Imediato- Praça José Sarney - Centro

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.3. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
MA	Pinheiro	Praça José Sarney – Centro
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Norte Maranhense (IBGE/2008)		Baixada Maranhense (IBGE/2008)
2.6. Mapa de Localização		
3. SÍNTESE HISTÓRICA		
Autores como Gomes, relatam que no ano de 1940 a praça recebeu o primeiro serviço de urbanização, inspirado no formato da Bandeira do Brasil, tendo um coreto no centro, com cobertura de trepadeiras, bancos etc., realizado pelo Prefeito Antônio Euzébio da Costa Rodrigues. Segundo Gomes (2004, p. 122), a Praça José Sarney foi tida como melhor praça da vila, nela todos os anos, no mês de outubro, até o ano de 1914, era realizada a tradicional Festa do Remedinho”, festejo realizado em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, evento muito marcante na cidade, pois a praça acabou sendo nomeada de “Praça do Remedinho”. Anos mais tarde ela recebeu vários outros nomes, como praça da República, em homenagem a Proclamação da República e também praça Eurico Dutra, em homenagem ao Presidente da República. O nome “Praça José Sarney” se deu em homenagem ao Governador do Estado do Maranhão na época, José Sarney (1966 a 1971), a praça recebeu grandes melhoramentos. Como explica Gomes (2004, p. 122): Na primeira administração do prefeito Manoel Maria Soares Paiva tendo como governador o nosso conterrâneo Dr. José Sarney, a nossa Pinheiro, recebeu grandes melhoramentos, destacando-se a praça em referência, que foi transformada como uma das mais belas do Maranhão, com relógio no centro, parque infantil, com áreas para concentração pública, jardins, partes gramadas, bancos de concretos, recebendo a denominação de Praça José Sarney, pela Lei número 401, de 22 de novembro de 1969, sancionada pelo prefeito Manoel Maria Soares Paiva.		

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)
Pinheiro – Maranhão
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário
Dessa forma, a praça foi sendo descaracterizando do seu modelo anterior e modificada ao longo dos anos. Em 1980, em virtude dos cinquenta anos do então Senador, José Sarney, a Praça recebeu um busto de bronze em homenagem ao aniversariante que foi colocado em um dos jardins. Ainda resistem os paralelepípedos que fazem o calçamento de parte da área, já não se pode dizer o mesmo do relógio que ficava no centro da praça e era referência como ponto de encontro entre amigos ou casais. Recentemente, foi colocado um novo relógio no local pela atual gestão municipal, embora não obedeça a mesma estrutura e nem a beleza do anterior. Atualmente, a Praça José Sarney é cercada pelos principais prédios públicos da cidade como a Prefeitura, o Fórum de Justiça, Cartórios, bancos, Correios, os maiores comércios, bares, escolas e outros equipamentos da cidade, conforme relata Soares (2006, p. 215): É nessa praça que ainda hoje se encontram o prédio da prefeitura municipal, o fórum, o tradicional Grupo Escolar Odorico Mendes, os bancos da Amazônia e do Nordeste, este último inaugurado no ano de 2004, além de alguns casarões, construções ainda remanescentes de meados do século passado, e onde são realizadas as grandes concentrações populares. Este autor relembra os grandes casarões daquela época, cujas construções datavam do século passado, e que hoje vem deixando de existir, dando lugar às novas construções “modernas”. É visível que a cidade vem sofrendo descaracterizações a cada ano, perdendo o seu modelo arquitetônico original e incorporando novos usos ou readaptações das antigas funções residenciais. Ao passo que os comércios mais antigos de um pavimento foram demolidos dado lugar a estabelecimentos multi-pavimentos e de arquitetura simples, como as Lojas Americanas, o Laboratório Gaspar, dentre outros. Atualmente, a Praça José Sarney mantém a tradição de ser o palco de grandes eventos tradicionais da cidade como os carnavais, festivais de músicas e culturais, eventos religiosos, como a missa de lançamento da Campanha da Fraternidade, tradicionalmente feita pela igreja católica e também eventos evangélicos como o encerramento da caminhada “Marcha para Jesus”. Mais recentemente, tem sido palco de manifestações estudantis, sobretudo, após a chegadas das universidades em Pinheiro. Conforme relatado, a Praça José Sarney tornou-se suporte para muitos eventos já se tornaram parte do calendário das grandes festividades da Cidade de Pinheiro, pois estes fazem despertar um olhar para a cidade tão esquecida em outros momentos, o carnaval, por exemplo, como é uma festa bem popular é o ápice de interação entre as pessoas das classes mais variadas, em nenhum outro momento há tamanha mistura dos segmentos sociais. Embora essa relação proporcionada pela festividade seja aprazível, o ambiente sofre depredações que a cada ano se acentuam mais e mais, pois faltam equipamentos complementares, como banheiros, locais de descanso, paisagismo, etc.
4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS (localização)

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

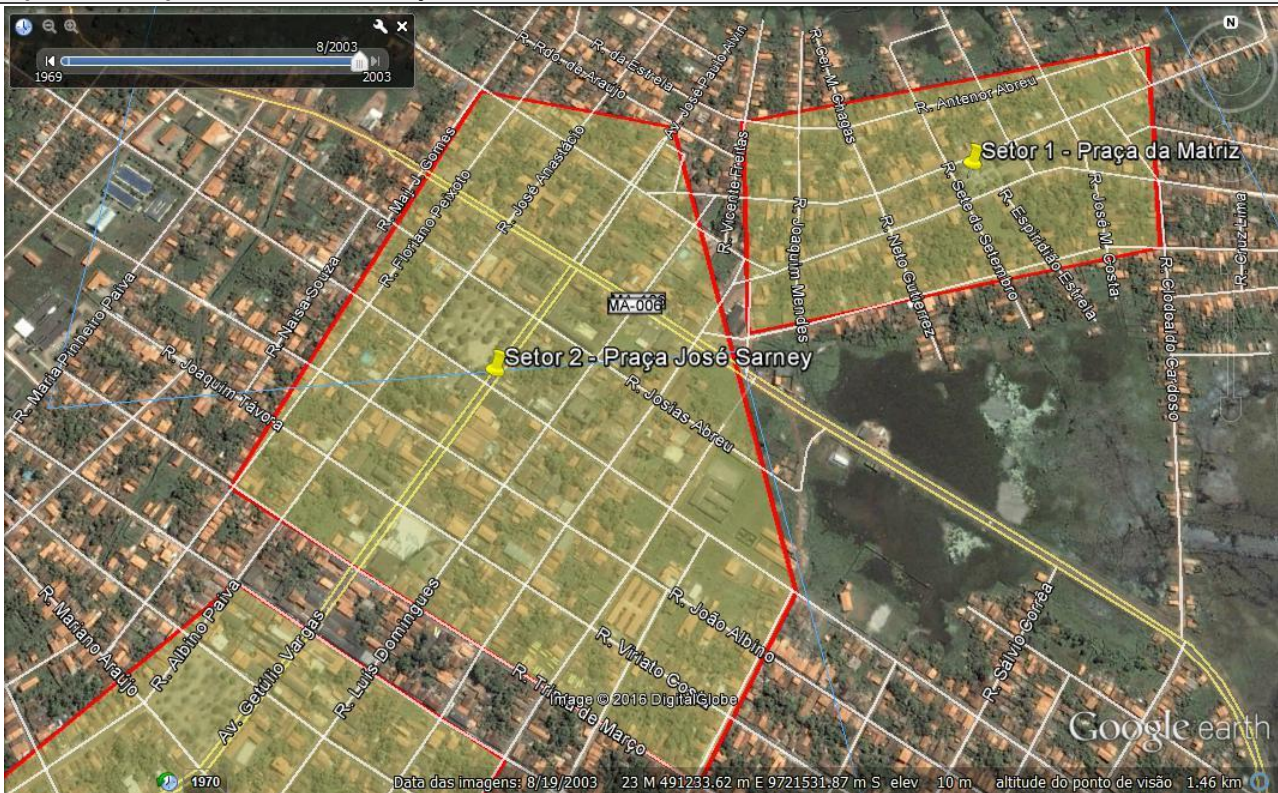
Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário



5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)

A Praça José Sarney apresenta área verde com um relógio central e várias vazios e alguns bancos para contemplação. No dia a dia é uma das praças mais utilizadas pela população.

6. ICONOGRAFIA HISTÓRICA (inserir miniaturas e/ou listar referências)

6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário



Imagem área do Setor 2, que corresponde à Praça José Sarney e os principais equipamentos que a circundam.



PINHEIRO, - Casa 1988



Diferentes momentos da Praça José Sarney em imagens de vários momentos da cidade, com detalhe para as ruas, equipamentos públicos e edificações.

Diferentes momentos da Praça José Sarney em imagens de vários momentos da cidade, com detalhe para as ruas, equipamentos públicos e edificações.



Diferentes momentos da Praça José Sarney em imagens de vários momentos da cidade, com detalhe para as ruas, equipamentos públicos e edificações.

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

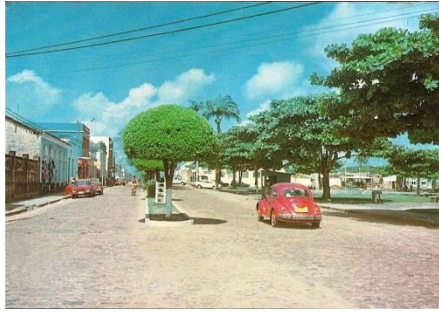
Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

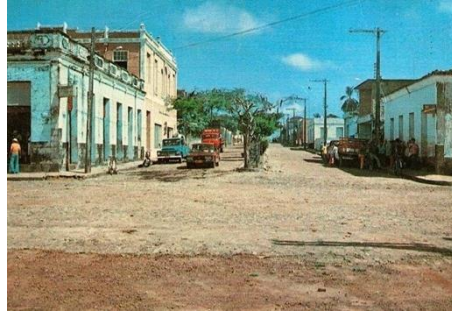
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário



Diferentes momentos da Praça José Sarney em imagens de vários momentos da cidade, com detalhe para as ruas, equipamentos públicos e edificações.



Diferentes momentos da Praça José Sarney em imagens de vários momentos da cidade, com detalhe para as ruas, equipamentos públicos e edificações.



Praça José Sarney com o detalhe para o Relógio que o caracteriza.



Edifício da loja de tecidos Pernambucanas.



Edifício de um pavimento com mirante.



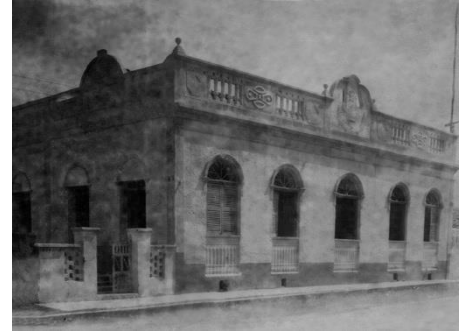
Sede da Prefeitura de Pinheiro.



Sede do Jornal Cidade de Pinheiro.



Arruamento antigo da cidade de Pinheiro.



Sede da Prefeitura de Pinheiro.



Urbanização e paisagismo de uma das ruas de



Edificação com estudantes em sua fachada.



Sede do Palácio Episcopal.

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise			
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário			
Pinheiro.			
6.2. Fontes/ referências das imagens			
Autores desconhecidos, Arkley Marques Bandeira, Leonardo Silva Soares e Maritilde de Jesus França Ferreira.			
7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS			
A Praça José Sarney apresenta os principais equipamentos públicos da cidade e a representação dos poderes. No entorno do Setor 2, constituído de cerca de 38 quadras encontra-se a sede da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores, do Fórum de Justiça, de algumas secretarias municipais. Além disso, encontra-se os principais bancos, escolas, rádios, lojas, correios e locais de lazer. Nas áreas mais distantes do núcleo da Praça também são observadas edificações residenciais, inclusive com o uso misto e muitas edificações estão sendo demolidas para construção de prédios comerciais, colocando em risco o importante legado arquitetônico deste setor da cidade, inclusive levando a uma acelerada descaracterização da cidade.			
8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo da foto)			
			
Edificação em ruína datada de 1940, com a inscrição no frontão, onde funcionava a Farmácia da família Alvim.	Frontão com a indicação do ano e propriedade da edificação.	Interior da edificação em ruína.	Interior da edificação em ruína.
			
Edificação com detalhes Art Déco.	Edificação com detalhes Art Déco.	Frontão de uma edificação com detalhes Art Déco.	Edifício com características coloniais de dois pavimentos.
			

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

Fachada lateral de Edifício com características ecléticas de dois pavimentos.

Fachada frontal de Edifício com características ecléticas de dois pavimentos.

Edifício *Auditorium* com características modernistas.

Edifício com características coloniais com um pavimento.



Edifício com características coloniais com um pavimento.

Edifício eclético de um pavimento com porão.

Detalhe da cercadura do edifício eclético.

Edifício com características coloniais de dois pavimentos.

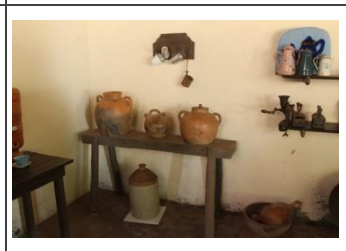
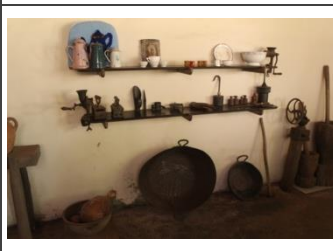


Edifício colonial com traços ecléticos que foi demolido.

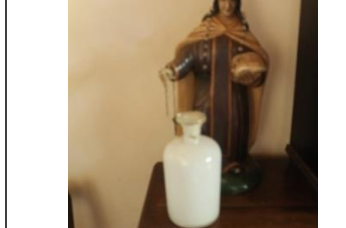
Terreno remanescente após a demolição.

Remanescente do edifício colonial após a demolição

Beiral de telhado de edificação totalmente arruinada.



Memorial Casa do Presidente José Sarney, principal equipamento cultural e museológico da cidade de Pinheiro.



Acervo familiar e outros objetos do Memorial Casa de José Sarney doados pelas famílias de Pinheiro.

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

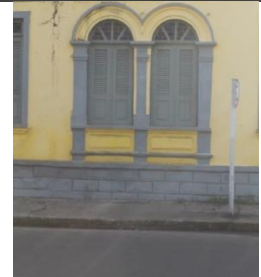
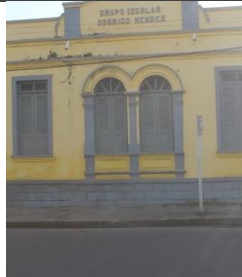
Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário



Escola Odorico Mendes em diferentes perspectivas e detalhes arquitetônicos.



Fachada do Edifício Auditorium com características modernistas

Edifício da Justiça sendo restaurado, apresentando características ecléticas.

Edificação colonial que foi adaptada em um segundo pavimento para uso comercial.

Obelisco comemorativo do aniversário de Pinheiro.



Edifício com características coloniais com um pavimento.

Edifício com características coloniais com dois pavimentos.

Edifício com características coloniais tardias com um pavimento.

Edifício com características coloniais tardias com um pavimento.



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise			
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário			
Edificação em estilo bangalô de um pavimento.			
10. PREENCHIMENTO			
10.1. Entidade	Universidade Federal do Maranhão		10.2. Data
10.3. Responsável	Arkley Marques Bandeira e Maritilde de Jesus França Ferreira		22 de abril de 2019

Fonte: Bandeira e Ferreira (2019).

Quadro 4– Ficha M102 Contexto Imediato - Praça do Centenário - Centro

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
MA	Pinheiro	Praça do Centenário– Centro
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Norte Maranhense (IBGE/2008)		Baixada Maranhense (IBGE/2008)
2.6. Mapa de Localização		
3. SÍNTESE HISTÓRICA		
Segundo Gomes (2004), a Praça do Centenário foi “inaugurada oficialmente no dia 7 de setembro de 1922, como parte dos festejos do primeiro centenário de nossa Independência Política, recebendo o nome de Praça da Liberdade”. Mais tarde essa mesma praça, recebeu o nome de Praça Babaçu devido a existência de uma única palmeira. Depois disto o prefeito da época, Jerônimo Ramalho arborizou a praça com dezenas de palmeirinhas de babaçu. No entanto, em comemoração ao centenário de Pinheiro, o nome da praça, veio mudar de novo, tornando-se assim, praça do Centenário. De acordo com Gomes (2004, p. 127) Por ocasião dos festejos do primeiro centenário de Pinheiro, a praça, na oportunidade recebia os primeiros melhoramentos de urbanização, com o prefeito Sr. Raimundo Celino de Araújo, oficialmente passou ser chamada de Praça do Centenário. Portanto, a Praça do Centenário foi em homenagem ao centenário da cidade ao comemorar seus 100 anos. De lá pra cá, a praça também teve várias modificações, assumindo novas formas. Desde a última reforma da praça, na administração do prefeito Pedro de Souza Lobato, a estrutura da mesma mante-se com escadarias, um coreto, um caramanchão e um monumento de concreto no		

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

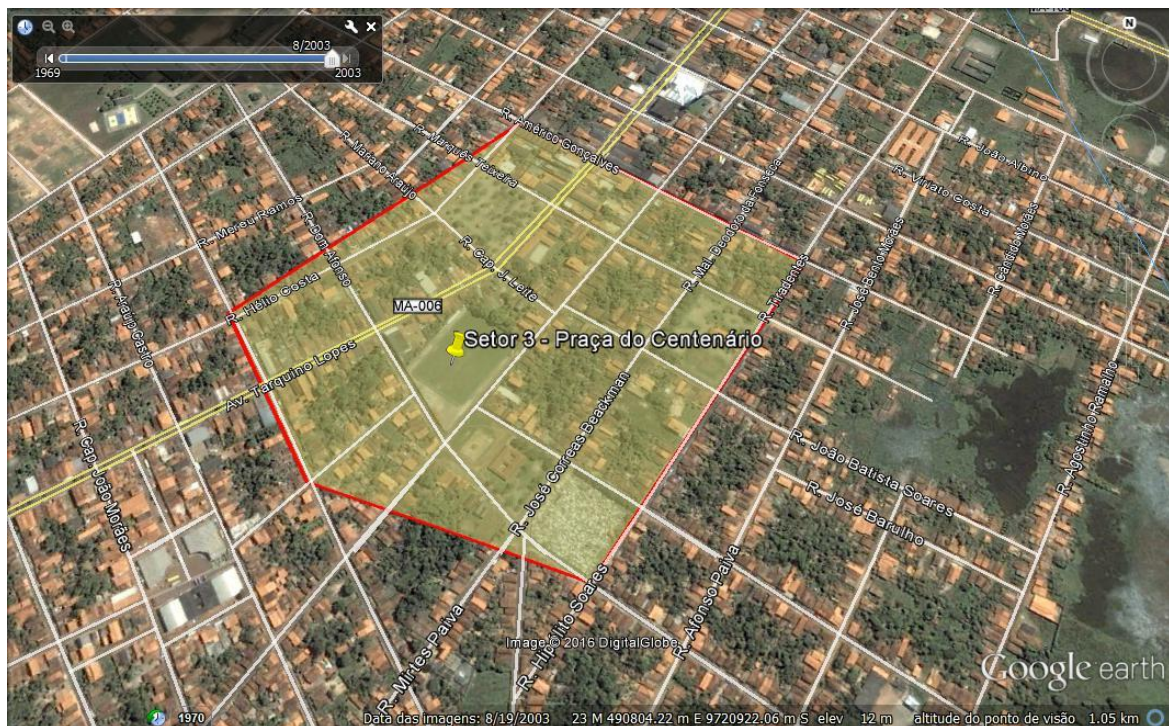
centro.

A referida praça já foi e ainda é palco de comícios de determinados grupos políticos. É interessante salientar que na história política da cidade, somente um grupo político tinha o direito de fazer suas manifestações partidárias nesta praça e o outro grupo na outra praça, a José Sarney, isto é, tornou-se costumeiro nas campanhas políticas, principalmente nos encerramentos, os grupos opositores realizarem o evento no mesmo dia e o povo acabava participando dos dois eventos, fazia de trilha a avenida principal que mais parecia um formigueiro de tanto vai e vem de pessoas.

No dia seguinte ao evento, este gerava discussões acaloradas nos quatro cantos da cidade, quanto à quantidade de pessoas que havia em uma ou a outra praça, era uma pesquisa informal às avessas, pois em qual praça houvesse mais pessoas, o grupo político seria o vencedor no pleito eleitoral.

Hoje, a Praça do Centenário encontra-se envolta em prédios comerciais como padaria, lojas, bares, loterias e etc. Abriga durante o dia vendedores ambulantes, mais conhecidos como camelôs, que a cada mudança de prefeito encontram um lugar da cidade para se instalarem, à noite é a vez das lanchonetes, oferecem alimentos próprios deste tipo de estabelecimento além de oferecer também música ao vivo nos finais de semana, cumprindo assim o seu papel de lugar público como diz o poeta nordestino Castro Alves “A praça, a praça é do povo como o céu é do condor”, embora o povo não a retribua da mesma forma, ou talvez não como este espaço público mereça, deixando suas pegadas de animal descompromissado como agradecimento, muito lixo.

4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS (localização)



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)

A Praça Centenário marca a expansão da cidade em direção aos setores que foram ocupados mais recentemente e está cada vez mais desvinculado do antigo centro fundacional. Trata da ligação de Pinheiro em direção ao povoado de Pacas. A referida Praça apresenta características modernistas com estruturas de concreto armado, obeliscos e um coreto. No seu entorno foram observadas edificações voltadas para comércio, com lojas, oficinas, lanchonetes e hotéis. No seu entorno também foram observadas barracas de comércio informal (camelôs). Um outro marco característico deste setor é a existência do cemitério da cidade, nas proximidades da Praça de São Benedito. Apesar do Cemitério ser antigo e está situado no entorno da cidade, com a expansão urbana dos últimos 30 anos a cidade acabou incorporando o cemitério.

5.1. Morfologia da paisagem, características da implantação do bem

6. ICONOGRAFIA HISTÓRICA (inserir miniaturas e/ou listar referências)

6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)

Por se tratar de uma área mais recente da cidade não foram observadas iconografias históricas sobre a Praça do Centenário.



Imagem área com a Praça José Sarney – Setor 2 no primeiro plano e a Praça do Centenário – Setor 3m no segundo plano.

6.2. Fontes/ referências das imagens

Autores desconhecidos, Arkley Marques Bandeira, Leonardo Silva Soares e Maritilde de Jesus França Ferreira.

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS

A Praça do Centenário concentra atualmente usos variados, a exemplo de usos residenciais e comerciais, além de usos mistos, com edificações aglutinando moradias e comércios. No interior da Praça existem tendas de comércio informal (camelôs). O entorno da Praça encontra-se completamente ocupado por imóveis mais recentes e que marcam a expansão da cidade para além do Centro fundacional e de serviços públicos. Após a implantação do polo de ensino superior, a Praça também tem servido para encontros e mobilizações políticas.

8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo da foto)



Panorâmica da Praça do Centenário com seus equipamentos.



Obelisco característico da Praça do Centenário.



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Pinheiro – Maranhão

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário

Portal do cemitério mais tradicional da cidade.

Arco do Cruzeiro e a Capela do Cemitério.



Edificações mais simples com uso como comércio com características de Art Déco.

Edificação mais simples com uso como comércio com características de beiral colonial.



Edificação mais simples com uso como comércio com características coloniais.

Edificação com características modernas.

9.5. Mapas disponíveis (inserir imagens com legenda)

9.6. Descrição, fonte e localização do mapa

10. PREENCHIMENTO

10.1. Entidade

Universidade Federal do Maranhão.

10.2. Data

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Pinheiro – Maranhão		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Edificações das Praças Matriz, José Sarney e Centenário		
10.3. Responsável	Arkley Marques Bandeira e Maritilde de Jesus França Ferreira	22 de abril de 2019

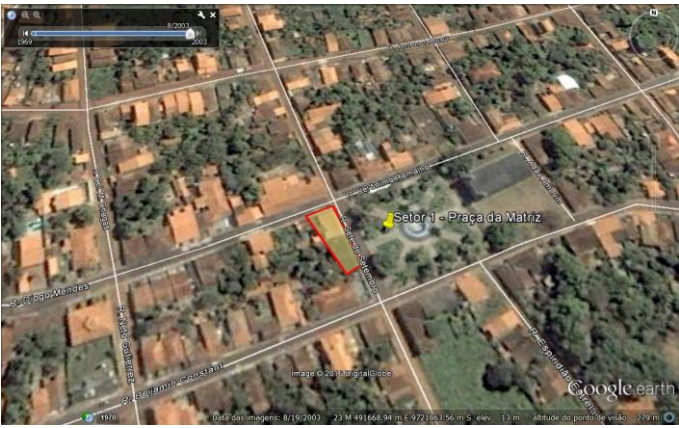
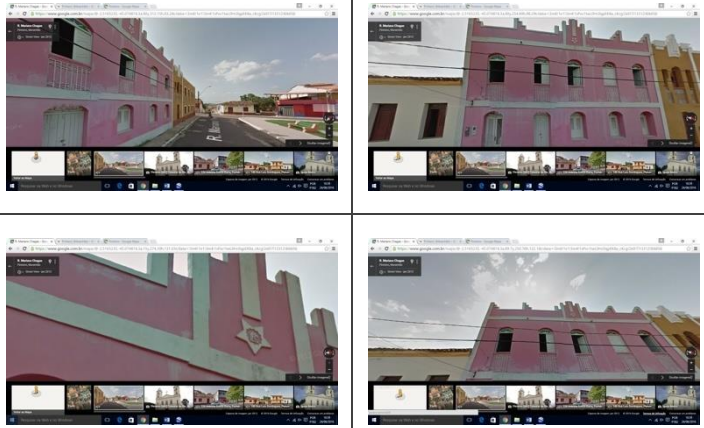
Fonte: Bandeira e Ferreira (2019).

Em relação a Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa optamos por cadastrar um bem do Setor 1, constituindo um dos edifícios mais emblemáticos da cidade e que foi possível adentrar em seu interior, conforme as informações a seguir.

Quadro5– Ficha M302 Bem imóvel - Arquitetura - Caracterização externa

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO										
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)										
Pinheiro – Maranhão										
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)										
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro										
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan		
Casarão Art Déco da Praça da Matriz								Casarão 001		
2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO					3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS					
										
4. TIPOLOGIA		5.ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO			6.TOPOGRAFIA DO TERRENO		7. PAVIMENTOS			
	Religiosa	Entre 1920 e 1960			X	Plano	Acima da rua (nº)		2	
X	Civil	8.USO ORIGINAL				Em alicie	Abaixo da rua (nº)			
	Oficial	Residência				Em declive	Sótão	X	sim	Nã o
	Militar					Inclinado	Porão	X	sim	Nã o
	Industrial	9.USO ATUAL				Acidentado	Outros			

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)					
Pinheiro – Maranhão					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					1.4. Código Identificador Iphan
Casarão Art Déco da Praça da Matriz					Casarão 001
	Ferroviária	Residência	10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m]		
	Outra		Altura fachada frontal	----	Altura da cumeeira
11. OBSERVAÇÕES			Altura fachada posterior	----	Altura total
Edificação que apresentou diferentes estilos, com um primeiro momento			Largura	----	Pé direito térreo
			Profundidade	----	Pé direito tipo
12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES					
Frontais		Janelas		Portas	
					
Detalhes construtivos		Forro		Escadas	
					
Piso		Iluminação			
					
13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA					
Trata-se de um casarão com mais de um estilo arquitetônico, com a estrutura maior remetendo a um edifício colonial tardio de dois pavimentos, com porão sustentando por arcos plenos e janelões e portais das portas também em arco. Contudo, alguns detalhes tardios foram incorporados com o frontão inspirado em arquitetura <i>Art Déco</i>. A expressão <i>Art Déco</i> (abreviação de Artes Decorativas) provém da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, que foi organizada em Paris, em 1925. Embora os diversos estilos que caracterizam o <i>Art Déco</i> já haviam aparecido em Paris e Bruxelas antes da Primeira Guerra Mundial, ela não era um estilo único, mas uma coleção de estilos diferentes e às vezes contraditórios. Na arquitetura, a <i>Art Déco</i> foi a sucessora e a reação contra a <i>Art Nouveau</i>, um estilo que floresceu na Europa entre 1895 e 1900, e também substituiu gradualmente as Belas Artes e o neoclássico que predominavam na arquitetura europeia e americana. A arquitetura <i>Art Déco</i> representou uma certa tendência de passagem entre a arquitetura produzida pelos estilos <i>Art Nouveau</i>, ecletismo e modernismo. Assim, observam-se elementos de avanço de estilo, com certos comedimentos em relação aos estilos predecessores. Observa-se, por exemplo, uma tentativa de racionalização dos volumes e dos elementos de ornamentação, ainda que houvesse ornamentações pontuais com materiais que representassem modernidade e que os volumes seguissem a composição tripartite clássica (base, corpo					

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Pinheiro – Maranhão			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Edificações de interesse Histórico e Artístico do Centro de Pinheiro			
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)			1.4. Código Identificador Iphan
Casarão Art Déco da Praça da Matriz			Casarão 001
principal e coroamento) (DUNCAN, 2009; BENTON, 2010).			
13.1.Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)			
Tijolo de barro cozido, rebocada com cimento, janelas de madeira, gradis de ferro			
13.2.Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)			
Cobertura em telha colonial ou canal, estruturada por armação de madeira, detalhado com duas caídas (duas águas)			
13.3.Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)			
Portas e janelas			
5 janelas no piso ou pavimento superior. As janelas são de madeiras, com gradis de ferro, com detalhes coloridos. Janelas em arco.			
3 janelas no piso inferior, com as mesmas características das janelas do piso superior			
2 portas laterais, em arco, feitas de madeira, com portões externos de ferro.			
13.4.Palavras-chave			
14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (etnológicas, arqueológicas e outras)			
Não existente.			
15. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)			
15.1. Planta (relacionar nomes)	15.2. Escala	15.3. Localização e base disponível	15.4. Data
16. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)			
16.1. Tipo	16.2. Quant.	16.3. Autoria, localização e base disponível	16.4. Data
Fotografias			
Desenhos			
17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS			
Relato oral do Sr. Pinheiro, coletado na data xxx			
Monografia da História de Pinheiro....			
18. PREENCHIMENTO			
18.1. Entidade	Universidade Federal do Maranhão		18.2. Data
18.3. Responsável	Arkley Marques Bandeira e Maritilde de Jesus França Ferreira		22 de abril de 2019

Fonte: Bandeira e Ferreira (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho iniciou-se a partir de inquietações quanto a preservação do patrimônio cultural edificado da cidade de Pinheiro, Maranhão. Seguiu-se a pesquisa mediante fontes bibliográficas livros, jornais, revistas e *in loco*. Adotou-se as fichas de catalogação do SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após a coleta e análise dos dados, desenvolveu-se a dissertação da monografia.

Podemos observar o quão importante é a conservação do patrimônio cultural edificado de uma cidade, pois ali está a memória física e a identidade do seu povo. Se faz necessária a sensibilização das pessoas para que estas além de contribuírem com a preservação, também cobrem do poder público leis que venham favorecer a conservação do patrimônio público edificado. Constatou-se que o município de Pinheiro não possui uma lei específica quanto a resguardar o seu patrimônio cultural, embora exista um projeto na câmara municipal ainda não votado, a cidade segue as leis nacionais, quando necessário.

É necessário frisar a importância das leis nacionais, mas também as locais pois, leis específicas para o município representam o real conhecimento dos problemas vivenciados e suas possíveis soluções. É imprescindível que estudiosos e interessados, juntamente com o poder público, desenvolvam atividades para que as pessoas se sintam estimuladas a conhecer com maior profundidade a história da cidade e consequentemente a preservação dos seus bens históricos.

Constatou-se que o município não desenvolve nenhum projeto com relação a difundir a história da cidade nas escolas, por exemplo, pois preservar também é dar relevância, destaque, importância, utilidade e publicidade, limita-se apenas às superficiais comemorações cívicas no aniversário do município.

Com este estudo espera-se contribuir de forma significativa para a sensibilização das pessoas e do poder público do município para que detenham um olhar mais acurado para a memória da cidade que está se perdendo, pois a cultura de um povo é a sua fortaleza, logo destruindo os bens culturais, destrói-se junto a sua identidade, tornando-o vulnerável. Cada indivíduo é parte do ambiente onde vive e constrói, juntamente com os demais, a história de sua geração.

Vale ressaltar que é extremamente relevante fazer registros dos bens culturais edificados de um local e nesse caso o inventário é a melhor forma, pois sendo assim, apresenta um

conhecimento consolidado para futuras pesquisas, essa catalogação só contribuirá para o não rompimento da corrente de conhecimento de uma época para as demais gerações.

Assim, penso que o caminho para a preservação da história de um povo e consequentemente da sua identidade, além das leis é extremamente necessário a apropriação do conhecimento pelo indivíduo para que estes saibam praticar o exercício de convivência no espaço público o que envolve a adoção de uma postura de pertencimento, só assim ele vai cuidar, valorizar, respeitar e preservar o patrimônio público.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Sônia. **Urbanização de encostas: crises e Possibilidades**. O morro da Cruz como referencial de Projeto de Arquitetura da Paisagem. São Paulo, 1999. 645 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ALVIM, Aymoré de Castro. **O Lugar do Pinheiro: recontando a História**. São Luís: 360 Graus Gráfica Editora, 2016.
- ALVIM, Aymoré de Castro. **Pinheiro em Foco**. São Luís: [s.n.], 2006.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A educação patrimonial como estratégia para extroversão dos bens históricos e culturais no Curso de Ciências Humanas - UFMA – Campus de Pinheiro – MA. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 129-148, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/pesquisa.jsf?siape=2296805>. Acesso em: 28 maio 2019.
- BANDEIRA, Arkley Marques. **O que é arqueologia**. Paraná: Fael Editora. 2018.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Leitura Dirigida - Estudo da cultura material e patrimônio. In: CRIADO, Encarnación Aguilar (Coord.). **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Espanha: Junta de Andalucía, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1999.
- BENTON, Charlotte, BENTON, Tim; WOOD, Ghislaine. **L'Art déco dans le monde 1910-1939**, Bruxelas: Renaissance du Livre, 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 22 abr. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 22 abr. 2017.
- CADERNO DE POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <https://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2019.
- CHAGAS, Mario (Org.). **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- DUNCAN, Alastair. **Art Deco Complete: The Definitive Guide to the Decorative Arts of the 1920s and 1930s**. Abrams, 2009.

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. A tutela jurídica do Patrimônio Cultural Brasileiro. **Revista Científica dos Estudantes de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1-22, maio 2010.

FEILDEN, Bernard. M. **Conservation of Historic Building**. 3.ed. Oxford: Elsevier, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araujo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GATTERMANN, Lilianny Schramm da Silva. Patrimônio Arquitetônico: a importância da formação do profissional arquiteto. **Revista de Arquitetura da IMED**, Passo Fundo, v. 1, n. 1., p. 41-47, jan./jun. 2012.

GONÇALVES J. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 15 mar. 2017.

IPHAN. **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FONSECA, Cecilia Londres. **Patrimônio Imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

FONSECA, Cecilia Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília, 2000.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 41-54, 2004.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Patrimônio Cultural e seus Instrumentos Jurídicos de Proteção: Tombamento, Registro, Ação Civil Pública, Estatuto da Cidade. *In*: MILARÉ, Edis (Coord.). **Ação Civil Pública após 20 anos**: efetividade e desafios. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. *In* Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

SILVA, Ivanildo Soares da. **A engenharia nos caminhos da restauração**: Sistema Construtivo como instrumento de análise do Patrimônio Edificado no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2017.

SOARES, Inês Virgínia P. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, n. 12, v. 1, p. 150-155, 2008.

SPHAN: resumo cronológico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 22, p. 34, 1987.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História Social, Econômica e Política de Pinheiro**. São Luís: Uema, 2014.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da vida pinheirense**. São Luís: Geia, 2007.